

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e sete de dezembro do ano de dois mil e dezanove.

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos iniciar os nossos trabalhos. Boa tarde a todos e Boas Festas. Tínhamos feito uma tentativa para não ter reuniões da Assembleia Municipal nesta quadra natalícia mas acabámos por ter que alterar a data desta reunião duas vezes, atendendo à circunstancia do Orçamento de Estado ter ficado aprovado um pouco mais tardiamente. Concluímos que estarmos a fazer a aprovação do nosso Orçamento e Plano Plurianual e depois termos que fazer uma outra Assembleia Municipal para fazer as consequentes retificações não era sensato e tinha custos. Sabem que a realização de cada Assembleia Municipal tem custos significativos associados. Então, o Sr. Presidente da Câmara Municipal conversou comigo e achámos que era preferível termos a reunião nesta data. Peço-vos desculpa porque no Edital estava definida a data para a primeira quinzena de dezembro, depois alterámos para outra data. Isto cria alguma instabilidade na vida das pessoas. Peço-vos desculpa mas é a bem da nossa predisposição para a prestação do serviço público e penso que acabou por ser a decisão correta.

Dou a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para proceder à chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Dr. João

Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho que apresentou a respetiva justificação.

Igualmente, o Sr. Deputado João José Pereira Esteves não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Deputado António Jorge Duarte Martins.

A Sra. Deputada Maria Alice Antunes Mendes Gouveia também não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Deputado Paulo Sérgio Dias Minas.

O Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo também não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Deputado Dr. André Duarte Pereira.

O Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, não está presente e foi substituído pela Secretária da Junta de Freguesia, Dra. Rosa Maria Morais Marques.

Igualmente o Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, não está presente e foi substituído pela Tesoureira da Junta de Freguesia, Sra. Ana Margarida Madeira Guilherme Lopes.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, não está presente e solicitou a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 22º e n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 32º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na atual redação, conjugados com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 194/2009 de 20 de agosto, na atual redação e em cumprimento da alínea n) do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, da proposta de Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital, de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços - Aprovação de alterações aos documentos e estudos técnicos.

III - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 33.º, alíneas b) e m) do n.º 1 e alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), da proposta de Acordo de Financiamento às Atividades Exercidas ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes a celebrar com a CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

IV - Apreciação e votação da proposta para contratação de um empréstimo de curto prazo até 500.000,00 € (quinhentos mil euros) para concretização de diversos investimentos de interesse municipal, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

V - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriénio 2019/2022.

VI - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022.

VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2019.

VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 45º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2020/2023, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2020, e a Proposta do Regime de Vinculação,

Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2020.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro que está aberta a Sessão.

Antes de passarmos à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e sete de setembro do ano em curso quero dar nota que foi apresentado à Mesa da Assembleia Municipal pelo PSD um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Correia Dias. O nosso Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, na qualidade de autarca mais antigo presente nesta Sala, também me tinha pedido para fazer uma intervenção prévia sobre o mesmo assunto.”

De seguida tomou a palavra o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“É custoso falar de pessoas com quem nós convivemos durante quarenta anos. Quer se goste, ou não, ele tinha o bom e o mau, como todos nós. Eu fui eleito precisamente há quarenta anos e desde que me lembro o Sr. Correia Das foi sempre aquele homem irreverente, uma pessoa que era capaz de dominar tudo e mais alguma coisa, e até a nós Deputados Municipais. Foram anos difíceis no princípio da democracia, no princípio das autarquias. Foram tempos muito difíceis, os anos de 1976, 1979, 1983, para lembrar estes anos em que a consolidação da democracia e a consolidação inclusive das autarquias.

Quando cheguei aqui as autarquias não eram nada disto, éramos vinte e um Presidentes de Junta, éramos cerca de cinquenta Membros da Assembleia Municipal, mas posso-vos garantir uma coisa, havia respeito, havia amizade. Eu às vezes penitencio-me, ainda há bocado, ali com o Dr. António Simões Saraiva, que foi Presidente da Câmara Municipal durante muitos anos, eu chamei-o de muita coisa, discuti com ele, mas havia uma coisa quando saíamos daqui, éramos capazes de nos cumprimentar, éramos capazes de nos olharmos, olhos nos olhos, sem rancores, sem ódios. Infelizmente, passados quarenta anos, quando saio desta Assembleia, e todos nós estamos aqui a fazer um serviço público no Concelho de Oliveira do Hospital. É por aí que nós nos

devemos debater com honestidade, com a nossa maneira de ser, com a nossa diversidade política, pessoal, e intelectual. Acho que é importante respeitarmos uns aos outros. Temos alguma camaradagem apesar das nossas diferenças porque o mundo pula e avança e amanhã não sabemos o que é que podemos ser, o que é que pode ser este Concelho, o que é que é feito dos nossos filhos, se vão embora, se não têm emprego.

O Sr. Correia Dias também veio de fora, veio para numa terra que nem era a dele, casou na Sobreda.

O Sr. Correia Dias foi um homem que sempre lutou pelas suas coisas, tinha aquela maneira de ser, era um manipulador, é assim que se chama hoje, mas era agradável. De vez em quando lá se ia a casa dele comer uma chouricita, são coisas que hoje em dia tenho pena que nós não façamos.

Acho que este Concelho merece a nossa diversidade, a nossa capacidade de dizer sim, ou não, mas merece, acima de tudo, que nós saíamos daqui com a consciência tranquila de que fazemos as coisas pela nossa terra e para que nós sejamos, e saíamos daqui, mais evoluídos, mais capazes de fazer alguma coisa, quer das nossas vidas, quer de quem nós aqui representamos.

Trago aqui um Voto de Pesar, e recebi também do PSD um Voto de Pesar, e no fundo é mais ou menos isto: Lembrar o Sr. Correia Dias como homem da Câmara, como homem do futebol, pela sua diversidade que fez com o Matadouro, com tanta coisa que ele era capaz de se meter para valorizar a terra. Muitos de nós dizemos que ele valorizou-se muito mas isso é normal. Nós valorizamo-nos consoante o percurso que fazemos ou somos capazes de fazer. Como eu disse, tem o bom e tem o mau mas, neste momento, acho que só temos que dizer uma coisa: Foi um homem que tentou e fez alguma coisa por esta terra, lutou numa altura difícil, e todos nós o respeitávamos.

Acho que devemos juntar o Voto de Pesar do PS e o Voto de Pesar do PSD e em conjunto fazer um Voto de Pesar tendo em conta a personalidade que ele representou em Oliveira do Hospital, no interesse público, no desenvolvimento do Concelho. Acho que merece bem o reconhecimento de todos nós que representamos o Concelho. Portanto, merece um Voto de Pesar e que este voto seja comunicado à família.

Espero que para todos nós, aos noventa e seis anos como ele tinha, haja alguém que se lembre que fizemos alguma coisa, não por nós próprios, mas pela terra que é a parte fundamental.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Solicito ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal para ler o Voto de Pesar apresentado pelo PSD.

Como foi referido o Voto de Pesar pode ser conjunto.”

De seguida tomou a palavra o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Voto de Pesar - O PSD propõe à Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, a aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Correia Dias, figura incontornável do Concelho, na Câmara Municipal, como Vereador e, posteriormente, Deputado Municipal; Enquanto dirigente desportivo do Futebol Clube de Oliveira do Hospital e membro do Conselho de Administração do Matadouro Regional da Beira Serra empresa na qual muito se empenhou, com vista à sua criação, para além de outras atividades relevantes por si desenvolvidas.

Perde-se uma personalidade que sempre defendeu o interesse público e o desenvolvimento do Concelho de Oliveira do Hospital.

Solicita-se ainda que este voto seja comunicado à respetiva família.

Oliveira do Hospital, 27 de dezembro de 2019.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Como representante do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, e depois de ouvir algumas pessoas, associamo-nos a este Voto de Pesar. Este Voto de Pesar deve ser uma proposta conjunta da Assembleia Municipal.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Passemos então à votação do seguinte Voto de Pesar: *“A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital propõe um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Correia Dias, figura incontornável do Concelho, na Câmara Municipal, como Vereador e, posteriormente, Deputado Municipal; Enquanto dirigente desportivo do Futebol Clube de Oliveira do Hospital e membro do*

Conselho de Administração do Matadouro Regional da Beira Serra empresa na qual muito se empenhou, com vista à sua criação, para além de outras atividades relevantes por si desenvolvidas.

Perde-se uma personalidade que sempre defendeu o interesse público e o desenvolvimento do Concelho de Oliveira do Hospital.”

Efetuada a votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Correia Dias, foi aprovado por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“ Passamos agora à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove. Pergunto se há alguma alteração ao teor da ata.

Não havendo alterações ao teor da ata vamos proceder à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove, foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Presidente da Comissão de Acompanhamento do Lítio, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Neste momento o elemento do Partido Socialista que fazia parte da Comissão de Acompanhamento do Lítio pediu a sua substituição e, por isso, queria dizer aos outros elementos que a Comissão está em transformação e logo que o PS me dê a substituição nós faremos novamente uma reunião para continuarmos com algumas coisas que já estão atrasadas. Infelizmente estão atrasadas porque há nova legislação e há novas coisas que nos podem servir como base de trabalho melhorada. Pedia a quem pertence à Comissão que tenha um bocado de condescendência mas brevemente serão chamados.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Esta minha intervenção é somente para dizer que o Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que pertencia à Comissão de Acompanhamento do Lítio, pediu a dispensa dessas funções. Entretanto já houve contactos com outro Deputado Municipal e neste momento estou em condições de informar que irá ser substituído pelo Dr. Francisco José Marques Borges Garcia.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de aproveitar este período para destacar e reconhecer os méritos da medida lançada por este Executivo Municipal através da qual o Município passará a compartilhar os medicamentos a pessoas que se encontrem em situação de carência económica comprovada.

Esta medida é um bom exemplo das medidas que dão corpo à política de inclusão e redução das desigualdades levada a cabo por este Executivo neste mandato autárquico, garantindo e aprofundando os avanços sociais alcançados nos mandatos anteriores. É já uma década de redução das desigualdades e de inclusão, dando passos significativos na garantia da verdadeira liberdade.

As várias medidas distribuem-se pelos variados domínios da vida humana essenciais à garantia da liberdade e da autodeterminação individual, das quais destaco só algumas:

- Na educação, com bolsas que permitem suprir carências financeiras, garantindo que ninguém, por razões económicas, veja impossibilitada a frequência do Ensino Superior;

- Na habitação, com o programa Casa Digna, visando garantir condições de habitabilidade a quem não tem recursos económicos para promover as melhorias necessárias;

- Na saúde, a medida que destaco;

- Na família, com políticas de apoio à natalidade de carácter universal, tendo o Município recentemente sido galardoado pelo quinto ano consecutivo como “Autarquia Mais Familiarmente Responsável 2019”.

A circunstância destas medidas, levadas a cabo por este Executivo do Partido Socialista, terem sido acompanhadas pontualmente pela direita demonstra sem equívocos que em Oliveira do Hospital o projeto do Partido Socialista, após ter vencido os combates eleitorais, tem vencido a batalha ideológica.

Sob a liderança deste Executivo a comunidade Oliveirense é hoje mais igual e inclusiva sendo, naturalmente, uma comunidade mais solidária e, nessa medida, uma comunidade mais forte.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, o que me traz aqui, hoje, é uma preocupação com a tragédia que nos assolou esta semana e com o que nos veio trazer novamente ao Concelho. Revivi as tragédias que foram os incêndios quando a impotência é de tal ordem que não conseguimos chegar a nenhuma solução que possa minorar os enormes prejuízos que tivemos. A minha Freguesia é uma delas, sei que não é a única, mas a preocupação que tenho é realmente com a via que liga Aldeia das Dez a Vale de Maceira, com um dano terrível, e com a zona da Ponte das Três Entradas. Enfim, não vale a pena enumerar os danos porque eles são alguns e todos de igual montante. O que venho apelar é que seja encarada esta situação como uma medida com urgência prioritária.

Sei que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem sido até hoje, e será certamente, a pessoa mais hábil que passou neste Município a conseguir arranjar financiamentos para suprir todas estas dificuldades. Certamente que arranjará uma forma de não prejudicar aqueles investimentos que estavam equacionados para o desenvolvimento do Concelho, e das Freguesias.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Membros do Executivo Municipal, mais uma vez, apelo ao vosso engenho para suprir tudo aquilo que têm sido as dificuldades no Concelho e que agora seja superado da forma que já nos habituaram.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Não poderia deixar de destacar o trabalho realizado de forma responsável e competente da Proteção Civil Concelhia, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, do Sr. Comandante Operacional, Eng.º José Carlos Marques, dos trabalhadores da Câmara Municipal e da ADESA, dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Oliveira do Hospital, GNR de Oliveira do Hospital, dos piquetes da EDP e da empresa

Socorreias e das Juntas de Freguesia, relativamente à tempestade que ocorreu antes e durante o fim de semana passado.

Eram tantas as solicitações, nalgumas freguesias muito pior, noutras menos mau.

Todas as comunicações que fiz junto da Proteção Civil Concelhia, muito ajudaram a que os problemas fossem resolvidos porque não havia comunicações para o número de ocorrências da EDP e a proteção Civil Concelhia fez esse trabalho muito bem. Os Srs. Vereadores vi-os de um lado para o outro no Concelho a tentar ajudar aqui e além. Gostava de destacar que eles fizeram apenas o seu trabalho, não estou aqui a agradecer mas estou a ressaltar que nestas alturas é muito importante que as pessoas se mexam.

Na Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo cria destacar o papel do Sr. Secretário da Junta, da Sra. Tesoureira da Junta, e dos funcionários da Junta de Freguesia que, durante quinta-feira e sexta-feira, conseguiram resolver grande parte dos deslizamentos de terras e queda de árvores na estrada e, por isso, também puderam ajudar a Proteção Civil e Bombeiros e evitaram-se assim acidentes.

Estou solidário com as Freguesias que foram mais afetadas, nomeadamente as do Vale do Alva e Alvoco, desejando que possam recuperar dos danos causados com a maior brevidade possível.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero fazer um agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pela requalificação da rua do Casal em São Gião. É uma obra que tinha sido programada para o ano de dois mil e dezassete e que derivado aos fogos teve que ser adiada mas, dois anos depois, a obra está concluída.

Também dar uma palavra de agradecimento, embora a obra não seja na minha Freguesia, é na União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, porque foi requalificada a derrocada na Estrada Municipal 514, junto ao Parque de Campismo de São Gião, e, por isso, também os nossos agradecimentos.

Depois, apelo ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, já fiz aqui um apelo noutras Assembleias, para que logo que possa mande fazer a marcação das estradas. O mês de novembro foi chuvoso e com muito nevoeiro e foi difícil circular nas estradas da minha Freguesia e com certeza que nas outras Freguesias também foi igual.

Deixava também aqui um apelo, a quem de direito, relacionado com aqueles semáforos junto a Lidl. Aqueles semáforos, a maior parte do tempo, estão desligados ou estão intermitentes. É o cruzamento principal para a minha Freguesia.

Deixava aqui mais um apelo: Somos um Concelho de referência e temos que apelar, a quem de direito, para termos urgências em Oliveira do Hospital vinte e quatro sobre vinte e quatro horas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“A minha vinda aqui, hoje, é, apenas e só, para agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo porque no passado dia catorze de dezembro estiveram todos presentes na inauguração da Casa Mortuária de Avô que é uma obra emblemática e bem precisa.

Também gostaria de dar aqui uma palavra de apreço e de gratidão à Proteção Civil pelas inúmeras ocorrências que tivemos durante estes dias das intempéries. Não foi, muitas vezes, fácil conseguir contacto telefónico com o Sr. Eng.º José Carlos Marques, tive até que me socorrer do Sr. Vereador Nuno Ribeiro, para ajudar a população devido ao que se estava a passar em Avô.

Gostaria também de deixar aqui uma preocupação: Há aí uma nova Lei sobre o tabaco. A nova Lei não é muito explícita mas preocupa-me porque as coimas são significativas. Em Avô não tenho cinzeiros nas vias públicas. No próximo ano, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, têm que ver isto porque, não sei se vai ser doloroso mas, se for aplicado aquilo que está na Lei, não é fácil!

Terminaria desejando a todos a continuação de Boas Festas e um bom ano pleno de paz e saúde.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção:

“Antecipadamente começo por desejar a todos Boas Festas fazendo votos de um próspero ano de dois mil e vinte.

O assunto que me traz aqui, hoje, prende-se com a mobilidade urbana dos Oliveirenses, ou melhor, a falta dela.

A cidade de Oliveira do Hospital, para não falar do Concelho, apresenta uma área muito considerável ao longo da qual se espalha a indústria, o comércio e os serviços. Tendo em consideração o inegável envelhecimento da população,

a carência de lugares de estacionamento para veículos automóveis ligeiros, os problemas ambientais, entre outros problemas, urge encontrar soluções que permitam aos Oliveirenses fazer-se deslocar de uma forma rápida e eficiente e o mais cómoda possível.

Poder-se-ia dizer que o serviço prestado pelos taxistas garante as necessidades de mobilidade porém, facilmente se constata que assim não acontece.

Felizmente o Serviço de Táxi em Oliveira do Hospital é hoje em dia muito procurado, quer seja para a simples deslocação dentro da cidade, sobretudo para o transporte de alunos dos estabelecimentos de ensino para entidades de ocupação de tempos livres e centros de estudo, quer seja para o transporte de pessoas para os diferentes serviços de saúde. Este serviço não é por si só capaz de dar resposta às necessidades de mobilidade dos Oliveirenses, pelo que urge encontrar outros meios de o conseguir.

Há semelhança de outros concelhos limítrofes, o Serviço de Transporte Público Rodoviário surge como complemento válido e eficaz ao Serviço de Táxi sobretudo para quem necessita de se deslocar em pequenos trajetos.

Parece-me, com todo o respeito, que o Município deveria analisar e ponderar a implementação de uma Rede de Transporte Público Rodoviário que, numa primeira fase, percorra toda a área da cidade e localidades limítrofes, podendo e devendo, se assim se justificar e for possível, no futuro ser expandida a todo o Concelho.

Estou em crer que é uma solução que, não obstante acarretar alguns custos iniciais, não procurará uma despesa incomportável ao Município. Desde logo porque, com a devida salvaguarda de proteção dos setores mais desfavorecidos da nossa comunidade, deverá ser um serviço pago pelos utilizadores de acordo com o princípio sobejamente conhecido do utilizador pagador.

Vale a pena pensar nisso e sobretudo vale a pena pensar nos Oliveirenses que pelas mais variadas razões não têm meios para se fazer deslocar. Fica a proposta.

Gostaria também de perguntar como é que está a situação do Serviço de Urgências em Oliveira do Hospital?"

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar quero desejar a todos Boas Festas e desejar um bom ano de dois mil e vinte.

Queria agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, todo o apoio que foi prestado para a realização da décima Feira do Porco e do Enchido em Meruge. As condições climatéricas não ajudaram muito mas, mesmo assim, felizmente, conseguimos trazer muita gente a Meruge. É sinal que a Feira do Porco e do Enchido é um evento que deve continuar.

Depois, queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, é uma questão que me preocupa bastante: Como é que está a construção da elevatória para ligação do Saneamento?

A Junta de Freguesia adquiriu este ano o lagar, o moinho, e a chamada casa do moleiro com o objetivo de recuperar aquele espaço. Aquele espaço é à entrada da povoação de Meruge e está a parecer muito mal. A Junta de Freguesia comprou aquele espaço por quinze mil euros para o tentar recuperar porque aquele espaço está degradante.

Fizemos uma candidatura, pensávamos que estávamos a fazer bem, para recuperar o lagar como um Museu Temático e o moinho como um Museu Vivo e, para nosso espanto, o projeto foi inviabilizado. Na conclusão ficámos com a impressão que estavam a tratar o projeto como se fosse uma criação de raiz e não é. O único objetivo é recuperar aquele espaço. Por isso, vinha pedir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para, que em conjunto com os Serviços Técnicos, ver se arranjavamos uma solução para de imediato meter os quartos para que aquilo não ficasse com aquele aspeto degradante à entrada da povoação de Meruge. Depois, no futuro, logo se ia ver o que é que se podia fazer daquele espaço.

Depois agradecer também ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador do Pelouro da Ação Social, Dr. Francisco Rolo. O projecto RLIS - Rede Local de Intervenção Social está a chegar ao fim, e eles também tudo têm feito para ver se há possibilidade de dar continuidade a este programa que, pelos visto, fez um excelente trabalho. Aliás, o RLIS, segundo se consta, a nível nacional correu muito mal e, por isso, o Sr. Presidente da Câmara Municipal pode-se orgulhar porque, mais uma vez, o RLIS no Concelho de Oliveira do Hospital foi um exemplo a nível nacional.

Quero deixar aqui também uma palavra de agradecimento a toda a equipa técnica que levou este projeto por diante e agradecer à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural do Vale do Cobral.

Vinha também aqui pedir se era possível, porque agora com estas tempestades os pinheiros caíram. O Sr. Presidente fez um excelente trabalho que eu elogio e admiro e que falo noutros Concelhos acerca do que foi a prevenção junto às estradas alcatroadas para que os pinheiros e as árvores queimadas não caírem para as estradas, e que podiam criar aí alguns problemas.

Agora, dentro das localidades os pinheiros caíram todos para o meio dos caminhos. Era necessário, se calhar, uma retro para passar pelos caminhos e desviar os pinheiros para que as pessoas possam circular. Era importante, se puder fazer isso, a gente agradecia.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

“Não vou deixar de referir as tragédias que nos abalaram nos últimos dias. Bobadela também foi uma aldeia muito fustigada com as águas e peço ajuda também ao Município porque depois da tempestade tem que vir a bonança. Alguns muros caíram e algumas árvores estão no meio de alguns caminhos.

Também agradecer À Proteção Civil, apesar de não poderem estar presentes, mas o Eng.º José Carlos foi, de facto, um homem muito profissional, esteve sempre em contacto connosco via telefónica e a dar-nos indicações e, por isso, muito obrigado, Eng.º José Carlos.

Agradecer também aos Bombeiros Voluntários, na pessoa do Sr. Comandante Emídio Camacho, que estive presente na nossa aldeia várias vezes durante os dois dias, sexta-feira e sábado, e também foi uma grande ajuda.

Depois, agradecer ao Município pelo facto de, mais uma vez, ter investido bastante na Bobadela, trazendo a RTP1 ao Museu do Azeite, tenho a certeza absoluta que foi bom para o Concelho e também para a Bobadela. Agradecer à Câmara Municipal e ao seu Executivo que investiu neste acontecimento.

Desejar-vos a todos Boas Festas e um bom ano de dois mil e vinte. Desejo que tudo corra bem nas vossas Freguesias tal como eu desejo para a minha.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção prende-se com a destruição que atualmente se verifica na minha Freguesia e que certamente será também motivo de preocupação de todos os meus colegas Presidentes de Junta.

Na sequência do corte das árvores queimadas temos sido invadidos por firmas de madeireiros que, sem qualquer pudor ou respeito, invadem espaços públicos e privados, fazem estaleiros, destroem caminhos, pontes e até estradas com alcatrão. Cada vez que são confrontados são incorretos e são agressivos. Há poucos meses os Serviços Municipais fizeram intervenções em vários caminhos florestais e agrícolas da Freguesia e atualmente estão intransitáveis.

Posso dar o exemplo concreto do que se passa no acesso à Anta do Curral dos Mouros, na Sobreda, em que nem a pé se consegue chegar. Para além de terem destruído o caminho também há derrame de combustíveis e óleos das máquinas.

Peço à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, que nos ajude a encontrar uma solução ou a responsabilizar estas firmas de madeireiros. É certo que será necessário um investimento avultado para recuperar todos estes caminhos.

Por outro lado, quero louvar a iniciativa do Município pela entrega de cento e vinte mil árvores autóctones para a sessão de reflorestação no âmbito do Projeto Reflorestar que incentivou a plantação de áreas ardidas em consequência do incêndio de outubro de dois mil e dezassete.

Também, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, sendo que o Sr. António Correia Dias era nosso freguês, portanto, em nome da Junta de Freguesia quero também deixar uma homenagem.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Não posso deixar de me associar ao Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António Correia Dias, que tive o prazer de também aqui nesta Assembleia Municipal ter privado com ele. Ele foi Deputado Municipal, nomeadamente entre dois mil e um e dois mil e cinco, quando eu também aqui estive presente. Aqui nesta sala privei com ele durante várias horas, como privámos alguns de nós que aqui estamos, além de ter privado fora destes Paços do Concelho. E é uma figura incontornável do Concelho. Efetivamente é uma perda para o Concelho.

Depois, desejar-vos a todos um ótimo ano de dois mil e vinte e esperar que continuem a correrem bem aquilo que são as festas e que o próximo ano vos

traga, do ponto de vista pessoal, profissional, e político, aquilo que, de facto, todos vós mereceis e ansieis.

Depois, duas questões que gostaria de fazer: Uma delas já aqui foi afluada por diversos Presidentes de Junta, e que tem a ver com as recentes intempéries e as consequências dessas mesmas intempéries nas diversas Freguesias. Obviamente extrapolamos isto para o Concelho.

Sr. Presidente da Câmara Municipal quero questionar V. Exa. no sentido de saber se poderá, perante a Assembleia Municipal, fazer uma estimativa, dar-nos um pouco daquilo que foi este período em termos de ocorrências e saber se nos pode dar já uma estimativa dos danos causados por estes recentes fenómenos meteorológicos.

Finalmente dizer o seguinte: Também por várias vezes foi referido nesta Assembleia Municipal, nomeadamente por V. Exa. o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que o passado dia trinta de novembro era a data limite para apresentar os prejuízos Municipais para que os diversos Municípios pudessem fazer face àquilo que foram os prejuízos municipais, eventualmente recuperando aquilo que era possível. Aquilo que eu pergunto, Sr. Presidente, é: O que é que efetivamente foi feito em Oliveira do Hospital? O que é que foi efetivamente executado, no que diz respeito aos prejuízos municipais decorrentes dos incêndios de dois mil e dezassete?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Paulo Sérgio Dias Minas, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar, e a respeito do recente protocolo entre o Município de Oliveira do Hospital, a Associação Nacional de Farmácias, e a Associação Dignidade, que prevê compartilhar a 100 % os medicamentos prescritos por receita médica ao abrigo do Programa Abem, essencialmente para pessoas carenciadas, vimos perguntar em concreto, sob que modo se irá reger este protocolo?”

Sabemos que existe uma verba de vinte e cinco mil euros inscrita no Orçamento para o ano de dois mil e vinte, e bem, sabemos também que este é um programa que já existe em outros Municípios e, por isso, perguntamos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, o que sabe da experimentação deste programa noutros lugares do País, reconhecendo a importância que terá para as famílias ou idosos que despendem, muitos deles, de valores acima de cinquenta ou cem euros por mês do seu já reduzido orçamento familiar.

Em segundo lugar, e também de forma direta, pergunto a Sr. Presidente da Câmara Municipal, qual o estado das obras da Zona Industrial para sul e se já tem compromissos firmes de empresas para a sua ocupação?

Aproveito para desejar um feliz ano novo a todos e, a título mais pessoal, convidar-vos para a Semana Cultural que está a decorrer em Penalva de Alva, que decorrerá até domingo. Todos são bem-vindos. Vamos ter muita música, muitas atividades de literatura e atividades ligadas à natureza. A título pessoal, quem quiser deslocar-se a Penalva de Alva durante estes dias será bem-vindo.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar queria congratular a requalificação da Rotunda da Queijeira e da Rotunda das Madeiras em Ervedal da Beira. Havia ali algumas lacunas desde o início naqueles dois projetos que se foram degradando e que foram agora retificados. As rotundas estão simples e estão bonitas.

Acho que aquilo que foi feito vai exigir o mínimo de manutenção, o que é bom, atendendo a que as rotundas não têm água e não seria possível colocar plantas que necessitariam de rega. A solução encontrada foi boa, embelezou as rotundas, e dignifica o Município.

Ainda relativamente a este assunto: O Executivo deveria encarar a hipótese de iluminar a Rotunda da Queijeira porque, para além de iluminar a rotunda, que é bonita, tornaria aquela rotunda menos perigosa. À noite aquilo torna-se extremamente escuro, ali não há qualquer tipo de iluminação. Além de iluminar aquilo que lá está é também uma forma de tirar algum perigo para quem circula naquela estrada, particularmente nestas épocas de inverno, com chuva, com nevoeiros, porque torna-se um bocado perigoso não ter ali uma iluminação naquela rotunda.

Comungo exatamente do mesmo espírito e do mesmo tom crítico que a minha colega do Seixo da Beira, Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, quanto à questão da retirada das madeiras pelos madeireiros, e são vários. São madeireiros, é preciso dizê-lo e não ter medo de o dizer, são madeireiros do nosso Concelho, particularmente temos um que é da nossa região, da nossa zona da Cordinha, e também temos madeireiros de Viseu, de Tábua, temos ali vários tipos de operadores de madeiras. Efetivamente, nós estamos fartos de ouvir reclamações devido aos prejuízos causados, e que são prejuízos grandes, que esta gente causa a toda a gente.

Acho que é chegado o tempo de pedir responsabilidades. Também é verdade que a maior parte das madeiras já foram retiradas, algumas foram retiradas no tempo seco, mas o problema é que começam a vir as chuvas, e é verdade que a Câmara Municipal fez intervenções ao nível dos estradões e caminhos agrícolas durante o final do verão, e esses estradões e caminhos agrícolas estão agora a ser totalmente rebentados por estes madeireiros e ninguém pede qualquer tipo de responsabilidade a esta gente. Chegaram-me a dizer, inclusivamente, que o crime compensa porque ninguém pede responsabilidades a ninguém. Acho que é a altura de o começar a fazer, e eu não tenho qualquer tipo de problema, se a Câmara Municipal o entender, de em cada momento saber quem é que no dia e na hora certa, e com testemunhas, danificou este ou aquele caminho ou este ou aquele estradão. Não tenho problema nenhum em dizê-lo à Câmara Municipal. Ainda há dias disse para a fiscalização lá ir ter com eles, e foram, quando um lá andava a operar. Isto, realmente, já basta porque a Câmara Municipal gasta muito dinheiro na conservação desses caminhos e as Juntas de Freguesia fazem a sua parte. Gasta-se muito dinheiro com máquinas, com pessoal, com material, para termos caminhos que as pessoas necessitam e querem e depois acontece isto e depois ninguém é responsável e ninguém pede responsabilidades a ninguém! Acho que é chegado o momento de fazer alguma coisa nesse sentido.

Há pouco foi referido aqui, e bem, a questão da mobilidade na cidade de Oliveira do Hospital.

Bom, a cidade de Oliveira do Hospital tem um problema de mobilidade há muito tempo, e todos nós sabemos disso. Sabe, com certeza, o Executivo, sabemos todos nós. Tenho tido diversas conversas com pessoas que às vezes me questionam com o problema que é estacionar dentro da cidade de Oliveira do Hospital, e todos nós, e todos os munícipes, sentimos isto no dia-a-dia.

Como é que se resolve este problema? De uma vez por todas temos que ter a coragem suficiente para deitar mão ao trabalho e tentar resolver, ou minimizar, pelo menos, este problema. Claro que não vai ser fácil, porque há parques de estacionamento que são caríssimos e, se calhar, o dinheiro não chega para tudo. Temos que ter a coragem de uma vez por todas. Oliveira do Hospital é uma cidade, tem muito movimento, tem muitos serviços a que as pessoas acorrem, e, às vezes, as pessoas parecem baratas tontas à procura de um buraco para meter o carro. Todos nós sabemos disto!

Meus amigos, esta é a minha opinião e não sei qual é a vossa. É chegado o tempo de ter coragem para pôr parquímetros dentro da cidade de Oliveira do

Hospital. Temos aqui ao nosso lado a vila de Arganil que há anos os tem e a vila de Arganil é bem mais pequena que Oliveira do Hospital. Vamos para Seia e também os lá têm.

Portanto, há que ter a coragem para resolver este problema, de uma vez por todas, porque todos nós sabemos que há carros que estão desde manhã à noite e não se movem dos estacionamentos. Todos nós sabemos disto!

Bom ano a todos é o que eu vos desejo.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais, espero que tenham tido um Feliz Natal e desejo um óptimo ano, cheio de sucessos pessoais e profissionais.

Como nota inicial, gostaríamos de louvar todas as autoridades e anónimos que, de uma forma, ou outra, ajudaram a restabelecer a normalidade, dentro do possível, em virtude das últimas cheias que tiveram lugar em muitas Freguesias do nosso Concelho.

Saudar, ainda, as novas Associações de Estudantes que foram recentemente empossadas, quer no Agrupamento de Escolas, quer na EPTOLIVA, e desejar a todos um mandato profícuo na defesa dos interesses de todos os alunos.

Como nota inicial, ainda, registar os progressos que têm sido feitos do ponto de vista Social e o exemplo disso foi o último Programa apresentado sobre Participação dos Medicamentos. É uma boa medida, que saudamos, que apresentámos, aqui, em dois mil e dezassete, em formato de proposta de recomendação, e que agora vê finalmente a luz do dia. Como diz o povo, “*mais vale tarde, do que nunca*”, e registamos este progresso.

Aqui chegados, dizer, ainda, que devemos pensar um pouco mais além, no nosso entender, nomeadamente nos esforços que devem ser feitos no apoio a medidas para incentivar a fixação de pessoas, e essencialmente os jovens, através da criação de novos postos de trabalho. Não há economia sem pessoas e não há pessoas sem economia e, no nosso entender, essa deve ser uma das principais lutas nos próximos tempos. Sabemos que essa é uma guerra que não se ganha sozinha mas o Município pode, e deve, dar um contributo decisivo através de uma estratégia, incentivos e acções concertadas.

Olhemos para o caso exemplar do Fundão, um território igualmente do interior e de baixa densidade, que está a fazer o seu caminho nesta batalha. Tornou-se um caso de sucesso e como palco de atração de várias empresas

tecnológicas. Ainda recentemente, mais precisamente este mês, foi anunciada nas notícias nacionais mais uma empresa da IBM que instalou um dos seus Centros de Inovação nesta cidade do interior e com a criação de vários postos de trabalho. E não foi, certamente, uma escolha aleatória nem porque tem uma paisagem bonita.

Dito isto, gostaríamos de pergunta ao Executivo: O que tem sido feito sobre esta matéria?

Não chega termos terrenos na Zona Industrial se depois não temos empresas para lá fixar e instalar. Até porque estas grandes empresas não procuram, muitas vezes, grandes infraestruturas e grandes investimentos e procuram, sim, boas redes de comunicação, mas não são auto-estradas, são redes digitais.

Aproveitamos também para perguntar, qual é o rácio de empresas novas que se instalaram no nosso Concelho e daquelas que fecharam nos últimos anos?

Posto isto, e agora que estão volvidos dois meses desde a última Assembleia Ordinária, gostaríamos também de saber o ponto de situação do avanço, ou não, de alguns alertas e algumas preocupações que aqui trouxemos e que também já foram aqui referidos. Um deles é o semáforo junto ao Lidl; O estado de degradação dos assentos públicos em cimento, no Vale do Ferreiro; A implementação de desfibrilhadores nos Complexos Desportivos e Educativos e ainda a passadeira que termina no Ecoponto junto à frutaria. Parece que os tempos passam mas os problemas mantêm-se.

Por outro lado, pretendemos também saber da possibilidade de ser criado, e parece que isto foi uma ação concertada, mas não foi, um parque de estacionamento ordenado, naquele terreno em terra batido, por baixo do Padeirão. Tanto quanto sabemos não é um terreno Municipal mas penso que poderão ser feitas diligências nesse sentido. Para além de poderem ser criados mais alguns lugares de estacionamento, é uma entrada principal da cidade, e dava ali outro ar da sua graça. Pelo menos que fosse estudada essa possibilidade. Aqui fica mais este registo.

Por falar em estacionamento, ficámos a saber, hoje, e parece que o Partido Socialista de Oliveira do Hospital é a favor de parquímetros na Cidade, e ficámos sem saber se é em nome pessoal ou se é em nome do Partido Socialista local. Portanto, nós entendemos que, pelo menos, deve ser regulamentada.

Já agora, aproveito para fazer aqui uma referência, como é que está a revisão do Regulamento deste parque de Estacionamento em Oliveira do

Hospital, nomeadamente do Silo Automóvel? Nós achamos que, pelo menos, o Silo Automóvel não faz sentido que seja pago desde que haja alternativas públicas gratuitas para que as pessoas depois façam as suas escolhas. Agora, começar de uma ponta à outra e colocar tudo com parquímetros, também achamos que não é a melhor solução.

Uma última questão: Tem a ver com o processo da prorrogação do prazo da Empreitada de Requalificação da Casa da Cultura. Gostaríamos de saber se a aplicação das respectivas coimas aprovadas em sede própria já fora efetuadas, ou não? Até fazemos uma sugestão: Que este valor monetário proveniente desta coima dever ser canalizado para a área social. É um valor, que tanto como sabemos, é avultado, e portanto gostaríamos também de saber como é que está este processo.

Para terminar, deixava uma proposta de recomendação que gostaríamos que fosse tida em linha de conta pelo Executivo, no sentido de serem feitos os procedimentos necessários para desenvolver a promoção e venda dos produtos *made in* Oliveira do Hospital. Isto é, que fosse estudado e criado um logotipo para que todos os artigos produzidos pelas empresas do Concelho tenham essa “etiqueta”, de forma a que sejam reconhecidos pelos nossos consumidores, principalmente aqueles que são de fora da Região. Será, certamente, uma forma de promovermos o Concelho, os seus produtos e o melhor que se faz por cá, e assim, também, valorizar os nossos empresários. Aqui fica mais esta ideia que achamos importante e que pudesse, de alguma forma, ser passada à prática como foi a participação dos medicamentos.

Achamos que as boas propostas não devem ter cor partidária desde que sejam uma mais-valia para toda a Comunidade.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Desejo a todos a continuação de Boas Festas e desejar-vos também um ano de dois mil e vinte cheio de sucesso profissional e também no âmbito das vossas vidas.

Sabemos todos, porque se nota, enfim, que estão a decorrer diversas obras no Concelho, nomeadamente requalificação da Casa da Cultura, requalificação da Rua Dr. Virgílio Ferreira, Parque de Estacionamento, atrás da Central de Camionagem, vão ser criados cem lugares de estacionamento. Esta obra vai permitir a Carção de cem lugares de estacionamento. Todas estas obras

revelam a vitalidade deste Executivo na captação de Fundos Comunitários porque só assim é possível realizar e concretizar estas obras.

Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, depois, nos dissesse qual é o ponto de situação destas obras.

Sabemos, entretanto, que foram lançados vários concursos, nomeadamente o Parque dos Marmelos, o Campus Educativo, a Rua 21 de junho, na Freguesia de Lagares da Beira. Sr. Presidente da Câmara Municipal, também gostaria que nos dissesse como é que estão estes concursos.

Por último, Sr. Presidente da Câmara Municipal, pedia que no desse o ponto de situação das obras que estão aprovadas no âmbito do Projeto do PEDU.

Mais uma vez, desejo-vos um bom ano de dois mil e vinte e continuação de Boas Festas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Como tem sido apanágio de todos os Deputados quero também desejar um Bom Natal a todos.

A intempérie que se fez sentir no nosso Concelho, por via da tempestade Elsa, e os consequentes estragos, principalmente proporcionados por aluimentos de terras ou derrube de vertentes, vêm, infelizmente, atribuir razão extemporânea à substância política que o CDS-PP tem vindo trazer a esta Câmara Municipal no que concerne à extrema e absoluta prioridade em reformar e priorizar o setor primário oliveirense.

É preciso que haja a coragem política necessária, que de resto foi reconhecida ao Sr. Presidente da Câmara Municipal noutras ocasiões, para que se proceda à formulação rigorosa e estruturada de uma verdadeira Política de Ordenamento do Território do Município.

É preciso, pois, que haja a coragem política necessária para se formular uma real Política Florestal para o Concelho que não se extinga no subsídio à eliminação da cultura do eucalipto sob os quais não há, até hoje, resultados, pese embora, já tenha em Assembleias passadas indagado acerca dos mesmos, nem de resto, nunca se soube qual era a alternativa florestal, proposta pelo Concelho, à posteriori da retirada desses mesmos eucaliptais pois, convenhamos que entre um eucaliptal e um terreno sem qualquer tipo de plantação arbórea ou estratégia florestal, é preferível o eucaliptal, mas, sim, uma política que incentive e leva avante culturas autóctones, a maioria delas não rentável a curto

prazo para o sector privado, como são o caso do castanheiro, do carvalho, da nogueira e, porque não, do sobreiro, que o especialista Pedro Bringre do Amaral, docente da Escola Superior do Concelho já advogou para a Beira Alta, argumentando que a esta remonta no passado uma larga cultura de sobreiro.

Não é somenos repetir aqui nesta Câmara Municipal que Oliveira do Hospital possui um território com uma das maiores percentagens de terrenos florestais omisso de todo o País, 40 %. Dado que atribui à autarquia responsabilidades e competências alargadas em matéria florestal, pois, ao contrário do que aqui também já foi dito, diz-nos a Lei que esses territórios passam transitória e provisoriamente para a tutela do Estado, possibilitando desta feita no caso Oliveirense uma ampla capacidade de intervenção e gestão do território florestal.

Entendemos, portanto, que devido à idade avançada da grande maioria dos proprietários agrícolas do nosso Concelho e da improbabilidade de resolução de muitos destes terrenos omisso envolvidos em tricas intrafamiliares intermináveis, decerto melhor conhecidas pelos advogados e juristas aqui presentes. Se nestes terrenos deve a autarquia fazer-se substituir ao vazio de proprietário, não menos sensíveis são outros extensos terrenos, propriedade, como disse de Oliveirenses de cepa Beirã, mais idosos, que até hoje foram mantendo uma longa tradição de agricultura de subsistência de minifúndio no Concelho, levando a cabo muitas vezes uma labuta estóica que nos permitia desfrutar daquilo que, concordarão todos os presentes, era a maior riqueza e património do Concelho de Oliveira do Hospital. Estes proprietários mais idosos devem receber incentivo financeiro e apoio técnico por parte da Câmara Municipal para que se possa proceder à refundação do nosso património florestal. Não obstante, tal não se avizinha tarefa fácil, pois, estes Oliveirenses de longa data que viram desaparecer o trabalho de uma vida, e desde a primeira hora considerados pelo Governo Socialista como agentes económicos de segunda no que concerne aos apoios governamentais e indemnizações conferidos após os incêndios que ainda hoje decorrem, pese embora o reconhecido esforço do Sr. Presidente da Câmara e outras Associações para que isso não acontecesse, encontram-se naturalmente desmotivados, perderam a sua capacidade de ilusão, a capacidade de sonhar e restabelecer tudo aquilo que foi perdido num ápice, sabendo eles que caso esse restabelecimento suceda, o que é deveras difícil, já não estarão cá eles para ver, pois falamos de processos biológicos morosos, com períodos de desenvolvimento de vinte, trinta ou cinquenta anos. E como diz o poema de

António Gedeão, musicado por Manuel Freire, *quando o homem sonha o mundo pula e avança*.

Assim, aquilo que temos vindo a propôr e instar ao Executivo de liderar numa primeira fase uma política e um ordenamento que se querem consistentes, duradouros e benignamente implementados também na sociedade civil, sensibilizando particularmente os pequenos e médios empresários agrícolas do Concelho para tal desiderato, é desde logo um tributo a todos estes Oliveirenses que ao longo de gerações se dedicaram ao setor tradicional da economia oliveirense, e que, mais que um sustento, ganha-pão ou complemento, foi, e, é, uma autêntica forma de vida Beirã que nos caracteriza a todos pois, todos nós estamos, de alguma forma, ligados àquele setor por vínculos familiares.

E é também na qualidade de Deputado mais novo desta Assembleia que lanço o repto para que se encare esta refundação florestal e reordenamento territorial como um desígnio que, devendo ser intergeracional, deve ser particularmente assumido pelas gerações mais novas, não só como um legado, mas sobejamente porque creio ser esta uma solução estrutural para o reconhecido problema da desertificação e sangria demográfica a que todos os concelhos do interior, e o nosso não é exceção, estão votados sem que tenham no seu âmago uma componente diferenciadora dos demais.

No CDS-PP entendemos que é na floresta e na vida socioeconómica que a rodeia que pode estar uma das respostas para este problema de grande monta que cabe, não só a este Executivo, mas também a esta Assembleia Municipal, responder. Com ela não só traremos uma redobrada qualidade de vida entretanto perdida no Concelho a todos os seus Municípios, servindo de porta-estandarte para todos aqueles que por cá se queiram instalar ou que para cá queiram regressar, como devolveremos um fôlego inédito ao turismo no Concelho, porta giratória para o sucesso social e económico do Concelho, mas também poderemos, e deveremos, incentivar de forma pioneira jovens agricultores que de forma inovadora queiram explorar as nossas terras. Mas, sobretudo deve ser uma missão ambiental para deixarmos de forma abnegada melhor aquilo que nós aqui encontramos.

Este é um rumo que decerto poderemos seguir, mas que constitui também uma escolha política, como outras tantas que infelizmente não se têm tomado para bem do nosso Concelho como, de resto, poderemos ter oportunidade de ver aquando da análise do Orçamento para dois mil e vinte que, hoje, o Executivo nos traz aqui à Assembleia Municipal e que, de resto, merecerá de nós uma resposta e votação igualmente assertivas nas suas várias rúbricas. E àqueles que

vêm apontando irrealismos e utopia nos planos que da nossa parte têm sido propostos, respondo com o próprio trabalho que tem sido levado a cabo por este Executivo, como é o caso do Campus educativo ou do Planeamento Urbano, por ele negociado e estruturado.

Parte da resposta estará, pois, também no Quadro Comunitário, não nos mesmos programas, mas noutros que tenho vindo a elencar: Fundos de Coesão, como o FEDER, o próprio Fundo Social Europeu destinado a catástrofes naturais, como aquela que aqui vivemos, Fundos de Desenvolvimento Regional, como o famigerado PRODOR, a jusante dos próprios instrumentos camarários, como são o caso do Orçamento ou das Grandes Opções do Plano.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“O assunto que trago aqui é o seguinte: As intempéries do último fim de semana trouxeram muita chuva mas, há um trabalho que temos que reconhecer, a prevenção que este Município fez ao longo das estradas do Concelho, na requalificação dos aquedutos. Este é um trabalho que está enterrado e ninguém vê. Há um ditado popular que diz o seguinte: “*Com a prevenção se ganha um tostão*”. Com esta prevenção que se fez no Município de Oliveira do Hospital ganhámos milhares de euros. Estamos mal mas, se não fosse este trabalho que foi feito pelo Município, estaríamos muito pior!

Agradeço também o trabalho do Sr. Presidente da Câmara Municipal com a requalificação da Estrada Nacional 230. A estrada está alcatroada e estão a fazer as marcações.

Agradeço também ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e a toda a Vereação, na pessoa da Vereadora Teresa Dias, todo o apoio para a elaboração do Projeto dos Regadios de Alvôco das Várzeas que está a decorrer a bom ritmo.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Chegámos ao fim das intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia.

Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder a todas as questões e apelo ao seu espírito de síntese, na medida do possível.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“As minhas primeiras palavras são para me associar ao Voto de Pesar, proposto pelo PSD e secundado pelo Partido Socialista, pelo falecimento do Sr. António Correia Dias, com quem tive divergências e até estivemos de relações cortadas, pelo menos durante dez anos, por causa do futebol e depois acabámos por ser amigos. A vida tem estes encontros e desencontros.

Depois, de uma forma transversal, quero abordar o problema das intempéries: Como sabem, nestes últimos dias, desde quinta-feira até domingo, o Concelho de Oliveira do Hospital atravessou uma fase onde fomos capazes de dar resposta através da Proteção Civil mas também num trabalho muito concertado com os Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, com os Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, com as Juntas de Freguesia, com a Guarda Nacional Republicana.

Apraz-me registar que não tivemos nenhuma vítima mortal. Havia duas habitações em risco, uma em Avô e outra em Alvôco das Várzeas.

Aquilo que me apraz ressaltar é o trabalho da Proteção Civil, da equipa coordenada pelo nosso Eng.º José Carlos Marques, e, para mal dos meus pecados, além de ser o Presidente da Comissão da Proteção Civil Concelhia também sou o Presidente da Comissão da Proteção Civil Distrital e também acionei o Plano de Emergência no sábado por volta das oito horas da manhã.

Houve aqui um trabalho de grande responsabilidade, de todos, mas tenho orgulho no trabalho que foi feito pelas equipas que estiveram no terreno e também pelas próprias Juntas de Freguesia. Poderemos até ressaltar aqui porque houve duas partes diferentes. A parte norte foi muito pouco atingida, houve algumas participações, só em registo e chamadas para o 112 que foram encaminhadas para os Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, sem ser os contactos da Juntas, tiveram quarenta ocorrências, e os Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira tiveram dez ocorrências. Na quinta-feira já tínhamos cortado a estrada que desce do Lidl para a Ponte de São Gião.

A Câmara Municipal precisa de se reorganizar na área da Proteção Civil. A Câmara Municipal não pode estar sempre a dar dinheiro para Associações, para isto, e para aquilo e não olhar um bocado para dentro e preparar-se para estes novos desafios. Este ano a Câmara Municipal vai olhar muito para dentro, o seu Orçamento também tem muito essa linha, ninguém leve isso a mal.

Quero agradecer a todos os Presidentes de Junta, tive oportunidade de estar com alguns, houve Presidentes de Junta, é o caso do Seixo da Beira, a Sra.

Presidente da Junta e os seus trabalhadores, porque têm equipamento, resolveram dois problemas que nós tínhamos e não foi preciso a intervenção da Câmara Municipal até porque não conseguíamos porque tínhamos as máquinas nas outras frentes.

Também quero deixar aqui uma palavra aos trabalhadores da Câmara Municipal que muito se empenharam, às equipas que estiveram no terreno com o coordenador da Proteção Civil, Eng.º José Carlos, e também com a minha supervisão e também aos Vereadores, estivemos todos no terreno.

Depois dar aqui outra nota sobre uma pergunta que apareceu, todas as questões aqui colocadas são importantes, deixar aqui a seguinte nota: Nós tínhamos acabado de sair dos prejuízos municipais dos fogos de há dois anos. Como sabem, as Câmaras Municipais tiveram até 30 de novembro, em primeiro lugar era até 31 de outubro mas depois a Comunidade Intermunicipal em reuniões que tivemos com diferentes Ministros, conseguimos que fosse até 30 de novembro porque houve muitas Câmaras Municipais que não se prepararam por uma razão extremamente simples, as pessoas não sabiam se ia haver dinheiro, ou não, para os prejuízos municipais causados pelos incêndios e não estiveram para gastar dinheiro em projetos sem saber se havia dinheiro. Sabíamos que havia uma verba validada para cada concelho mas só em maio é que soubemos qual era o valor e depois disseram-nos, agora têm que gastar o dinheiro até 31 de outubro. Houve muitos colegas meus, até por razões de ordem financeira, porque é preciso pagar tudo à frente para depois receber, que não foram capazes, não tiveram possibilidades de gastar o dinheiro.

Houve uma reunião na sexta-feira, onde eu estive presente, em Mação, com o Sr. Ministro Eduardo Cabrita e com a Dra. Ana Abrunhosa, onde se fez uma apresentação global dos prejuízos municipais.

Queria dar esta nota porque também foi um trabalho muito desgastante e um trabalho de muita pressão onde a Câmara Municipal esteve muito concentrada nisto e, por isso, queria também deixar aqui uma palavra a todos aqueles, desde os nossos técnicos, a quem fez os lançamentos, o aprovisionamento, acho que houve aqui também um trabalho mais da estrutura interna da Câmara Municipal. Gostava de vos dar nota disto.

No âmbito dos prejuízos municipais nós tínhamo-nos candidatado a dois milhões e duzentos mil euros mas só foram validados à volta de um milhão e oitocentos mil euros. Quero dizer-vos que nesse trabalho gigantesco, foi um trabalho gigantesco de muita gente, poderia começar pela minha Secção de Obras Públicas, não só pelos meus engenheiros mas também pelos Fiscais,

quem faz aqui o levantamento, a própria Contabilidade, foi um trabalho de horas e horas e estivemos muito concentrados nisto. Só para vos dar um exemplo, nós tivemos validado em despesa elegível realizada faltavam quatro mil euros para um milhão e oitocentos mil euros. Isto é, nós conseguimos realizar um milhão, setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e cinquenta e um euros, acabam de nos pagar, no dia vinte e sete foi-nos transferida a verba porque foi preciso pagar à frente. Não foi tudo conseguido mas em termos de taxa de execução de despesa fizemos 101 %. Isto é, ainda ultrapassámos os 100 % daquilo que tínhamos. A taxa de execução de receita recebida até agora é de 95 % por uma razão porque há um relatório final e eles só libertam os 5 % depois desse relatório final.

Por isso, queria dar esta nota e queria também agradecer a estes trabalhadores da Câmara Municipal que fizeram horas extraordinárias, que passaram aqui horas e horas, passaram muitas horas a trabalhar e, por isso, faço um agradecimento colectivo, até estou a pensar convidá-los e oferecer um lanche a todos os que estiveram envolvidos neste processo porque fizeram um trabalho fantástico e foi um trabalho de muita pressão, muitos nervos, por causa do problema das adjudicações para saber se as empresas conseguiam concretizar. Como já disse, há aqui um trabalho que não é do Executivo mas que é dos trabalhadores da Câmara Municipal.

Depois foi feito um conjunto de perguntas que acho que são importantes mas vou fazer aqui um ponto de situação para os Srs. Deputados terem a noção do que vai acontecer.

Neste momento a reabilitação do Bairro João Rodrigues Lagos que também teve quatro casas que foram reconstruídas no âmbito dos prejuízos municipais. As quatro casas estão completamente recuperadas, são casas novas. Neste momento temos o valor de adjudicação para o resto das casas.

Também é preciso dizê-lo: Pela primeira vez alguém se preocupou com o Bairro Social, até hoje ninguém se tinha preocupado com a reabilitação daquele Bairro. Nós estamos a melhorar as condições de habitabilidade daquelas famílias. Neste momento o valor de adjudicação destas casas é de trezentos e vinte e cinco mil euros

Depois temos também a empreitada da Igreja de São Pedro de Lourosa que é o resto dos espaços envolventes, é uma conclusão, é uma segunda fase, o valor da adjudicação foi de noventa e um mil euros.

A empreitada do Campus Educativo de Oliveira do Hospital é uma obra de grande alcance, na minha opinião, e em termos futuros tem a ver com a

Escola Superior, o primeiro concurso ficou deserto e nós precisávamos de dar maturidade aquele projecto e precisávamos de ter a adjudicação feita porque neste momento a candidatura ainda não está aprovada está à espera de alguma maturidade mas também fizemos logo o lançamento de nova empreitada e acaba uma empresa de ganhar, mas propostas foram abertas a vinte e seis de dezembro e, por isso, esperemos. Como sabem, estes concursos decorrem todos numa plataforma electrónica e o valor mais baixo, e pode ser que ganhem, foi de quatro milhões, trezentos e quarenta e dois mil euros.

Depois alguém também perguntou, por causa da expansão da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, também o concurso já foi lançado, as propostas foram abertas em vinte e três de dezembro e o valor mais baixo, isto é, o valor com que vai ser adjudicado, foi de um milhão, quatrocentos e catorze mil euros.

Depois, a empreitada de requalificação do Centro Histórico de Oliveira do Hospital, ele foi distribuído em quatro lotes. Há dois lotes que foram adjudicados e há dois lotes que ficaram sem concorrentes. Isto quer dizer que vamos ter que lançar outros procedimentos com outros preços base para que haja interessados. Temos um lote que foi adjudicado por seiscentos e dezassete mil euros e temos outro lote que foi adjudicado por seiscentos e oito mil euros. As propostas foram abertas em 20 de dezembro e ainda têm dez dias para reclamar.

Depois tivemos também a empreitada de requalificação do Parque dos Marmelos, que é uma requalificação importante em termos da cidade, foi aberto o concurso com o preço base de seiscentos e cinquenta mil euros e não teve nenhum candidato.

Há várias empresas que geralmente, quando concorrem, não se candidatam mas colocam pontos referenciais na plataforma, nomeadamente quais seriam os valores que achavam que era possível para a realização da obra.

Vamos abrir novo concurso para o Parque dos Marmelos e vamos acrescentar, mais ou menos, cento e cinquenta mil euros.

Depois temos a requalificação da Casa Amarela, está para ser aberto um procedimento. Como sabem é uma obra que tem alguns problemas a nível do empreiteiro até haver um acordo entre todos, será na ordem dos trezentos e setenta e um mil euros.

Também a empreitada da Escola Secundária vai ser lançado agora novo procedimento e o valor base é de um milhão, trezentos e quarenta mil euros.

Falar também sobre a Casa da Cultura: Houve uma deliberação de Câmara sobre as propostas das prorrogações dos prazos.

Há um problema na Casa da Cultura que se está a resolver que é o seguinte: Houve uma parte que não entrou na obra e que é a parte antiga. Na altura em que foi feito o projecto, há uma parte A e uma parte B que é a do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas. A parte A, ainda não foi assinado o contrato de adjudicação porque apareceu um problema na cobertura e é preciso substituir a cobertura e, por isso, ainda estamos de volta do projecto porque apareceram umas humidades. Vamos ter que resolver mas penso que a Casa da Cultura estará a andar como lá em cima na Central de Camionagem, falaram aí muito em estacionamento e também poderemos falar sobre isso.

Como vocês sabem a requalificação junto à Central de Camionagem esteve parada. A empresa agora voltou outra vez com bastante pessoal, depois de muita pressão para percebermos se eles saiam da obra, ou não.

Sempre foi nossa intenção criar estacionamento, e é uma coisa que também nos interessa a todos. Penso também que nós devemos avançar um dia destes para o estacionamento pago. Mas devemos avançar quando? Quando as pessoas tiverem alternativa porque não posso pôr o estacionamento pago sem dar alternativas de estacionamento gratuito. Isso é uma coisa clara e acho que estamos todos de acordo.

Tenho aqui mais uma nota que ninguém disse mas era bom que a oposição, hoje, tivesse feito, aqui, um ato de contrição. Nós, felizmente, no Concelho, tivemos uma árvore, ou outra, que caiu com aquelas ventanias mas nenhuma dessas árvores colocava as pessoas em perigo porque fizemos um grande trabalho bem.

Sobre as políticas sociais também não quero dizer que nenhum Executivo teve um conjunto de políticas sociais como este Executivo tem, não vale a pena, como vocês todos sabem. Este programa da saúde pode ter chegado demasiado tarde, vou dar aqui uma explicação: Este programa da saúde tem umas normas regulamentares e a Câmara Municipal paga por duas partes. A Câmara Municipal entrega à Associação Dignidade por cada pessoa que vai ter aquele cartão paga cem euros. Mas as pessoas podem gastar mil ou dois mil euros, é a Associação Dignidade que comparticipa o restante e, por isso, esses idosos ou outros agregados familiares, estamos a pensar mais nas pessoas de idade mas podem ser famílias com baixos recursos financeiros e que também têm direito a esse cartão e, por isso, não pagarão nada nas farmácias. A Câmara Municipal colocou vinte e cinco mil euros mas se nós tivermos quinhentas pessoas nessas

condições gastaremos cinquenta mil euros, mas se tivermos mil nessas condições nós gastaremos cem mil euros, faremos uma rectificação orçamental absolutamente sem problema, esse foi o compromisso. Esta a fazer-se o levantamento e as Juntas podem fazer esse trabalho. Acho que vamos conseguir dar respostas a todos.

Este programa é para todos os que reúnam estas condições e, por isso, meus caros amigos, independentemente de gastar vinte e cinco mil euros do Orçamento, pensaríamos num universo de duzentas e cinquenta pessoas, mas se elas forem quinhentas, ou se forem mil, ou se forem duas mil, espero que não sejam tantas porque o Concelho não terá essa necessidade total, mas penso que será uma boa medida sobretudo para aqueles que têm reformas mais baixas e famílias com poucos rendimentos.

Dar aqui também outra nota: Foram intervencionados pelos nossos serviços trezentos e vinte e dois quilómetros de caminhos rurais e florestais.

Também dar aqui outra informação: A Câmara Municipal neste momento encontra-se a entregar de forma discreta os donativos que foram dados para a nossa Conta Solidária. Como sabem, houve uma comissão de técnicos que foi formada, essa comissão fez uma proposta à Câmara Municipal e que foi aprovada por unanimidade. Neste momento estamos a pagar. Mandámos uma carta discreta e as pessoas têm que apresentar as faturas e levantam o dinheiro de forma discreta. Posso-vos garantir que não há nenhuma pessoa que vá ao Gabinete do Presidente da Câmara Municipal dizer-lhe obrigado porque eu proibi os Serviços da Contabilidade. As pessoas vão à Contabilidade e à Tesouraria levantam o dinheiro e vão-se embora. Foi a Comissão Técnica que fez isso e, por isso, não têm que agradecer nada até porque os donativos não foram meus.

Também há aqui outro tema, o problema da marcação das estradas, os Serviços Técnicos da Câmara Municipal estão a fazer um levantamento, devemos lançar um grande concurso porque se lançarmos um concurso de maior dimensão tornar-se-á mais barato, é uma questão de gestão financeira, penso que o devemos fazer porque há aqui algumas lacunas em termos de marcação de estradas, e há outras que até foram pintadas há pouco tempo e já estão a precisar de nova marcação. Com a chuva e com o nevoeiro as marcações nas estradas dão muito jeito. Penso que durante o mês de janeiro, ou fevereiro, lançaremos a adjudicação destas marcações das estradas.

Também estamos a levantar todas as raízes das árvores, temos algumas estradas com algumas lombas provocadas pelas raízes como, por exemplo, na

estrada de Lagares da Beira para Travanca de Lagos. Estamos também a fazer um levantamento, estrada a estrada, para fazermos um concurso geral para tirar as raízes e para as nivelar porque elas, às vezes, oferecem perigo para as pessoas que circulam nelas.

A Deputada Sofia Clara trouxe aqui um tema muito interessante, na minha opinião, e que é o problema da mobilidade. O problema da mobilidade é hoje um problema do próprio Concelho, como disse.

Está a haver um concurso internacional através da Comunidade Intermunicipal e que vai alterar o panorama, até porque, não sei se sabem, o Governo subsidia os passes das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e vai ter que subsidiar qualquer Município Oliveirense que vá daqui e que queira apanhar o Alfa em Coimbra, ou queira apanhar o Intercidades. Qualquer Município Oliveirense deve ter o mesmo que outro qualquer que vive no Porto e em Lisboa e, por isso, está a haver um conjunto de negociações, onde eu participo. É um *dossier* muito complexo, este concurso é internacional, acredito que no ano de dois mil e vinte não o teremos ainda feito.

Numa próxima Assembleia vou mostrar, serão autocarros novos, serão autocarros para todos os dezanove concelhos da CIM, é de uma complexidade enorme, temos uma empresa que é a Sérvulo Correia que está a dar-nos apoio jurídico e estamos a fazer esse concurso internacional.

Qualquer lugar que tenha mais de quarenta habitantes vai ter que ter transportes, mesmo que sejam transportes flexíveis.

Por isso, vai haver uma grande revolução na mobilidade, penso que ainda poderá demorar algum tempo. Sem dúvida nenhuma que o transporte flexível para os pequenos núcleos urbanos vai ser importante. Há um compromisso neste concurso, as Câmaras Municipais não gastam mais do que gastam atualmente, até porque este concurso vai englobar os transportes escolares. Temos que esperar ainda algum tempo mas numa próxima Assembleia vou trazer isto para vos mostrar. É um tema que realmente é importante.

Dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge que as ligações técnicas estão neste momento em concurso. É uma obra lançada pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo. É um processo que nos temos batido muito, e vai estar aqui o Eng.º Rui Pina para dar alguns esclarecimentos sobre as Águas Públicas da Serra da Estrela e ele pode dizer como é que está isso.

Destacar também aqui a conquista e a indicação do CLDS 4G que foi entregue à Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral.

Em relação à Casa do Moinho, à Casa do Moleiro e à Casa da Música de Lagares da Beira, são obras que estão aqui mas que há outros compromissos que tinham sido assumidos, por exemplo, o Polidesportivo de Nogueirinha que tem de ser subsidiado e, por isso, também não podemos ir a tudo de repente e vamos até onde pudermos.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Bobadela, quero dizer-lhe o seguinte: Aquele programa da RTP não foi pago pela Câmara Municipal. Não houve nenhuma verba da Câmara Municipal. O programa foi promovido pelo Museu do Azeite e que ajudou a divulgar Oliveira do Hospital, além disso, nos programas de televisão o que a Câmara Municipal paga é a estadia, um gerador, às vezes uma tenda mas, neste caso, o mérito não foi da Câmara Municipal mas foi do dono do Museu do Azeite.

Outra coisa que me preocupa é este problema dos madeireiros que a aqui foi levantado. É uma preocupação, nós vamos pôr a fiscalização mas também peço às Juntas de Freguesia que tenham uma proatividade porque não é só fazermos queixa, nem é só levantar um processo de contraordenação, temos que arranjar testemunhas, sobretudo para dizer quem são os madeireiros, porque, como sabem, é preciso fazer prova. Penso que deveremos ter penalizações pesadas.

Deixem-me também dizer: Há concelhos que têm Regulamentos onde estas empresas são obrigadas a fazer uma caução e depois levantam a caução se arranjam os caminhos que estragaram.

Temos que pensar, neste momento, como já está muito da floresta tirada, pensarmos mais nuns processos de contraordenação desenvolvidos na Câmara Municipal e depois seguirem para Tribunal.

Como disseram é absolutamente inqualificável a forma como fazem, como depositam em terrenos que não são deles, é a lei da selva. Nós temos grandes prejuízos e, por isso, concordo convosco, deveremos acionar mais mas as próprias Juntas de Freguesia podem-nos ajudar para desenvolvemos processos de contraordenação com uma coima bastante elevada e a seguir metemo-los em Tribunal e resolvemos isto.

Sobre a Zona Histórica, deixem-me também dar uma nota: Na Zona Histórica também estamos a tentar construir estacionamento. Uma Zona Histórica sem estacionamento, sabem o que é? Precisamos de criar alternativa para as pessoas que vivem na Zona Histórica porque não podem estacionar porque as ruas são estreitas e, por isso, se nós queremos devolver vida também temos que das outras condições.

O Eng.º Rafael Costa falou no apoio para a fixação de jovens. O problema do País passa também por um problema que não é só a fixação de jovens é o problema até da própria demografia.

Como vocês sabem, no interior cada vez somos menos e não quer dizer que cada uma das Câmaras Municipais não faça esforço para fixar as pessoas mas há Concelhos que têm já melhores condições do que nós.

O Eng.º Rafael Costa falou num caso, e eu até sou muito amigo do Presidente da Câmara do Fundão, do Paulo Fernandes, que é um bom caso mas gostaria de lhe lembrar algumas coisas: Tem uma autoestrada ao lado que parece que não é relevante, mas têm-na lá; Tem uma linha de comboio que também ajuda a fixar e ajuda a exportar com outra facilidade, e, por isso, as condições não são iguais nos territórios, não quer dizer que o Paulo Fernandes não tenha mérito, não é isso que eu disse, até porque tenho grande estima por ele e ele é uma pessoa que pensa muito bem o território.

Em relação a colocarmos o estacionamento pago no silo automóvel, deixem-me dizer o seguinte: Há pessoas que acham que o silo automóvel é estacionamento privado porque estacionam o carro hoje e deixam-no lá uma semana. Precisamos também de encontrar uma solução, se calhar, era uma boa altura para começarmos até porque houve um investimento há pouco tempo, porque o material que estava lá já estava obsoleto e comprámos material para o podermos por a funcionar.

A propósito dos semáforos do Lidl, a responsabilidade é das Infraestruturas de Portugal, isto não quer dizer que não se alerte. Hoje, por exemplo, estão a funcionar e amanhã podem não estar e até há quem ache que os desligam.

Ao Deputado Nuno Rafael, dizer-lhe o seguinte: Há bocado quando o ouvi a falar sobre política de ordenamento florestal e do território, quero dizer-lhe que nós lançámos uma boa medida e que gostava que tivéssemos tido um milhão de árvores e só se inscreveram pessoas para cento e vinte mil. O nosso objetivo era atingir um milhão de árvores porque dávamos aqui um bom contributo e há verbas do PRODOR para estas árvores durante cinco anos e, por isso, existem apoios, é difícil, às vezes é fazer com que as pessoas adiram.

Mas também lhe digo, deveria falar lá com os seus Deputados, eu sei que agora tem poucos, também é uma chatice, mas eu não tenho as competências da Assembleia da República e há coisas que falou aqui que são competências dos Srs. Deputados da Assembleia da República e do Governo mas, não posso deixar de lhe dizer que a sua ex líder, porque o Sr. Deputado representa aqui um

partido. D. Dinis foi chamado o povoador, isto é história da minha 4.^a Classe, sabíamos os cognomes de todos os reis, e a Sra. Ministra que foi sua Secretária Geral até há pouco tempo eu chamo-lhe, o cognome dela é a eucaliptadora.

Se eu fosse do CDS votava no Francisco Rodrigues dos Santos, ele não nasceu em Oliveira mas é familiar de um Oliveirense. Mostro-lhe esta notícia do Observador que tem o seguinte título: “*Assunção Cristas foi responsável pela libertação total da exploração do eucalipto.*”

O Sr. Deputado Nuno Rafael devia ter tido esse cuidado, antes, para a Assunção Cristas não fazer estes disparates, e não vir pedir responsabilidades, aqui, ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Foram dadas as respostas a todas as questões colocadas no Período de Antes da Ordem do Dia e agora passamos ao Período da Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Nos documentos do Ponto I têm um mapa novo. É o Mapa Outras Dívidas - reportado a 30/11/2019. Este mapa tem a ver com a aquisição dos terrenos.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 22º e n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 32º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na atual redação, conjugados com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 194/2009 de 20 de agosto, na atual redação e em cumprimento da alínea n) do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, da proposta de Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital, de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços - Aprovação de alterações aos documentos e estudos técnicos.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem, a proposta de Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital, de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços já tinha sido aprovada numa Sessão da Assembleia Municipal.

Agora, pedia ao responsável dos Serviços de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina, para vos dar algumas explicações e para responder às questões relacionadas com as alterações aos documentos e estudos técnicos da proposta de Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital, de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços.”

De seguida foi dada a palavra ao responsável dos Serviços de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina, para fazer a apresentação das alterações aos documentos e estudos técnicos da proposta de Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital, de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços, e que fez a seguinte intervenção:

“O estudo que já tinha sido apresentado e votado nesta Assembleia Municipal foi submetido à entidade reguladora ERSAR e foi também submetido ao Tribunal de Contas. Depois de devolvido pelo Tribunal de Contas e pela ERSAR foram feitas algumas modificações seguindo os conselhos que foram vertidos nesse parecer.

A grande diferença deste estudo, apresentado e aprovado nesta Assembleia Municipal, relativamente ao anterior, é a presença de sete freguesias do Município de Gouveia que tinham ficado de fora no estudo anterior. Isto obriga a que tenha sido feito um estudo financeiro com os horizontes de projecto e que está agora vertido neste novo estudo. Basicamente é esta a grande diferença.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de passar a palavra aos Srs. Deputados Municipais quero perguntar o seguinte: A inclusão dessas sete freguesias é favorável?”

De seguida foi dada a palavra ao responsável dos Serviços de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina, para fazer a seguinte intervenção:

“A inclusão dessas sete freguesias é favorável. Não estando as sete freguesias incluídas no estudo anterior poderia estar em causa até a participação de Fundos Comunitários porque um dos requisitos é a entidade gestora englobar a totalidade do território geográfico do Município e estando as sete freguesias de fora isso não aconteceria.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Agradeço o esclarecimento feito pelo responsável dos Serviços de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina.

Está aberto o período de intervenções relacionado com este assunto.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“O facto de integrarmos esta empresa não vai prejudicar os estudos que se encontram em curso, e que ainda não estão concretizados, nomeadamente o abastecimento de água à Ponte das Três Entradas, que é uma lacuna que temos na Freguesia de Aldeia das Dez?

De seguida foi dada a palavra ao responsável dos Serviços de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina, para fazer a seguinte intervenção:

“Aproveitámos a questão do estudo ter sido refeito para verter, na parte dos investimentos, uma série de projetos que estavam em falta. Foi feito um levantamento exaustivo de todas as faltas de cobertura que ainda existiam no Concelho de Oliveira do Hospital e foram todas previstas no Plano de Investimentos da empresa.

A empresa é constituída apenas e só pelos três Municípios e este caso que trouxe aqui ele já está vertido no Plano de Investimentos da empresa.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Tanto quanto eu percebo, quando se fez o levantamento dos ativos, fez-se dos que estavam em funcionamento e dos que estavam identificados como necessários para uma adequada cobertura de serviço. É isso?”

De seguida foi dada a palavra ao responsável dos Serviços de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina, para fazer a seguinte intervenção:

“A empresa vai ser feita de capital em espécie e foi feito um levantamento de todas as infraestruturas existentes e essas infraestruturas foram avaliadas. Para além desse levantamento, foi feito um levantamento exaustivo do que faltava fazer no Município de Oliveira do Hospital em abastecimento de água e em saneamento. Foi um trabalho conjunto da Secção de Águas e Saneamento e da Secção das Obras Públicas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dar-vos aqui só uma nota: A obra da Adarnela já veio aprovada e tem participação financeira mas obrigam-nos a ter a empresa constituída no prazo de noventa dias. A empresa tem que ser constituída formalmente para termos essa participação.

O Sr. Carlos Castanheira teve mais azar porque a obra da Ponte das Três Entradas ainda não veio aprovada mas a da Adarnela já veio aprovada.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital foi a barriga de aluguer de todas as candidaturas mesmo das de Seia e Gouveia.

Isto é o Futuro, não vale a pena andarmos aqui a dizer que não!

O que é que isto pode ter bom? Primeiro porque há uma perspectiva de liberalização das águas e da possibilidade até das Águas de Portugal terem mão no preço da água em baixa se não ganharmos escala.

Cada um dos municípios fixa as tarifas em reunião de Câmara, mesmo que houvesse um aumento a Câmara pode decidir não o fazer, a ideia é

ganharmos escala e não é aumentar as tarifas. Tenho discutido isto, e o Eng.º Rui Pina tem-me acompanhado nestas reuniões.

A tarifa de Oliveira do Hospital é uma tarifa equilibrada. Seia tem uma tarifa mais elevada do que a nossa e Gouveia tem uma tarifa mais baixa do que a nossa. Por exemplo, Gouveia vai fazer uma opção que é subsidiar a tarifa à empresa e isso é possível.

Mas deixe-me dizer aqui uma coisa ao Eng.º Rafael. O Fundão já privatizou a água e eu vou-lhe dizer não o vejo com bons olhos.

Comigo aqui não privatizamos a água, defendo a água como um bem público.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Existem algumas Freguesias onde as redes foram construídas há muitos anos como, por exemplo, em Lagares da Beira e, por isso, há algumas zonas na Freguesia em que a rede é muito antiga, até digo que haverá alguns daqueles tubos que nem vou dizer o nome. Está prevista a substituição dessas redes mais antigas?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Vou dar aqui o maior exemplo que precisa de substituição da rede. É na cidade de Oliveira do Hospital. O Vale do Ferreiro é um bairro que precisa de ser substituída toda a rede. A rede já tem uns anos, temos tido muitas ruturas, tem que ser brevemente porque temos um conjunto de ruturas muito acentuada.

Também já vos tenho dito que o sector das águas, que é coordenado por este jovem, o Eng.º Rui Pina, é um sector que funciona e que dá respostas.

Aldeia das Dez, por causa das intempéries, ficou sem água e ao outro dia, no sábado de manhã, estava lá uma equipa a fazer um *bypass* para que Aldeia das Dez ficasse com água. A barreira onde passavam os canos caiu e fez uma rutura.

Por isso, estamos aqui a reorganizar-nos, há aqui um bom trabalho desta equipa do setor das águas, como há de outros sectores. Há outros sectores que também funcionam muito bem, e às vezes há outros que funcionam menos bem, mas o sector das águas é um sector que dá respostas e temos uma boa organização. A empresa onde estiveram muitos Secretários de Estado perceberam que Oliveira do Hospital era de longe a Câmara Municipal com

melhor organização no setor de águas, foram empresas independentes que fizeram o relatório, e fomos dados como um bom exemplo.

Quando eu cheguei aqui na Câmara Municipal não havia nenhuma reestruturação em relação há rede de águas. Houve um grande trabalho nestes dez anos e hoje temos equipas que dão respostas. Temos equipas também aos fins de semana para resolverem ruturas, pagamos as horas extraordinárias, e, por isso, também tenho orgulho nesse trabalho e nesse caminho que nós fizemos por exemplo nas águas.”

De seguida foi dada a palavra ao responsável dos Serviços de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina, para fazer a seguinte intervenção:

“Há pouco referido o prazo de noventa dias para a constituição da empresa intermunicipal mas esse prazo é para lançar a operação porque a empresa tem estar constituída antes dos noventa dias.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Raúl Dinis dizer o seguinte: Não existem, nem irão existir, Fundos Comunitários para a substituição de rede. O que a Comunidade Europeia entende, e também é o entendimento de todas as Entidades Reguladoras, é que o próprio serviço tem que acautelar a necessidade da renovação de rede. Essa renovação de rede deve estar repercutida na tarifa, ou seja, quando a tarifa é construída deve haver sempre uma parte da tarifa pensada para que possa haver renovação de rede e isso foi feito com o estudo da tarifa na nova empresa e está prevista uma percentagem anual de renovação de rede em todos os municípios.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“A minha questão é referente à rede de distribuição de água, nomeadamente na área de Vila Pouca da Beira. Neste contexto, podemos admitir que no ano de dois mil e vinte teremos possibilidades de renovar aquela estrutura?”

De seguida foi dada a palavra ao responsável dos Serviços de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina, para fazer a seguinte intervenção:

“Em relação à renovação dessa rede, em concreto, não lhe posso atribuir uma data, nem a essa, nem a nenhuma, no entanto, está prevista a renovação dessa rede. Aliás, essa rede, em concreto, tem projecto já executado, já esteve para ser feita, no entanto, as Infraestruturas de Portugal não autorizaram que fosse feita, na altura.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Para percebermos qual é a mais-valia. A constituição desta empresa, e os investimentos comunitários que lhe estão associados, vão financiar que infraestruturas? O que é elegível?”

De seguida foi dada a palavra ao responsável dos Serviços de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina, para fazer a seguinte intervenção:

“O que é elegível é o fecho de rede, a extensão de rede em baixa. O Município de Oliveira do Hospital fez uma candidatura para intervenções dentro do Município no valor de pouco mais de dois milhões de euros para fecho de troços de rede ou construção de rede nova por não haver qualquer tipo de rede.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Há aqui outra nota que também é preciso dizer e que é o seguinte: Esta empresa vai ter que fazer um financiamento para um investimento de melhorias de redes e há um conjunto de verbas que têm sido tratadas até com o Banco Europeu de Investimentos, com a agência de Lisboa, onde já houve reuniões e já falaram nestas verbas.

Em Oliveira do Hospital penso que deixaremos resolvidos 99,9%, depois há o problema das substituições de rede mais antigas.

Por outro lado, é preciso dizer que de certa forma somos empurrados para este modelo. Há outra empresa que também foi criada que é formada pelos concelhos de Mira, Montemor-o-Velho e Soure. Também já fizeram escritura, já têm director executivo, já estão a trabalhar.

Porquê? Porque com os regulamentos do POSEUR quem quiser ir buscar dinheiros públicos cofinanciados para acabar tinha que estar agregado por isso

temos projetos aprovados como a Adarnela. Hoje vieram cinco projectos aprovados e a maior parte foram até os nossos serviços que fizeram as candidaturas com a colaboração dos técnicos deles liderámos este processo.

Por isso, estamos à espera até porque na última semana houve uma reunião e a vogal do POSEUR, Dra. Manuela Matos, ligou-me a dizer: Sr. Presidente precisa de agilizar o processo porque precisamos de responder, estão aí também uns esclarecimentos e ainda não enviaram isso, a própria vogal que é responsável pela parte técnica falou directamente comigo. Ela é a pessoa que está abaixo da Dra. Helena Azevedo que é a Presidente do POSEUR.

Estamos aqui com expectativa e acreditamos que o futuro é este porque vamos ganhar escala. Há ainda algumas coisas que temos que alinhar ente os três Presidentes de Câmara porque quero uma empresa leve e que seja ágil. Não quero uma empresa pesada com muitos custos iniciais porque ao fim de três anos não pode dar prejuízo, como sabem. O Tribunal de Contas não permite que uma empresa supramunicipal dê prejuízo ao terceiro ano.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção:

“Tendo em conta a questão que a Sra. Presidente da Assembleia Municipal fez, relativamente à questão do saneamento, ou seja, antigas situações que ainda não foram desmanteladas nomeadamente fossas, que existiam nalgumas povoações e que até hoje não foram desmanteladas. Estão inativas porque entretanto foi feita a rede nova mas estão com silvas e estão por tratar, elas estão acauteladas na empresa? Também pode haver Fundos Comunitários para elas, ou como é que funciona?”

De seguida foi dada a palavra ao responsável dos Serviços de Água e Saneamento do Município de Oliveira do Hospital, Eng.º Rui Pedro Silveira Pina, para fazer a seguinte intervenção:

“Todas as infraestruturas existentes na rede de água e saneamento foram levantadas e foram mencionadas num relatório. Portanto, essas infraestruturas, da rede de saneamento passarão todas para exploração da empresa.

Em relação a fossas que não estejam ativas, nós temos vindo a desmantelar essas fossas ao longo dos anos. Este ano já desmantelámos várias e está previsto desmantelar mais ao longo dos tempos. Todos os anos é feita uma vistoria às fossas e vai-se desmantelando as que tiverem maior degradação.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Este é um tema que nos interessa sempre, como é óbvio.

Queria reforçar algo que já disse outras vezes: Considero absolutamente fundamental que se criem condições para que tenhamos estes serviços públicos essenciais à qualidade de vida das pessoas com bom nível e com boa qualidade. É muito importante podermos ter nas nossas torneiras água de qualidade.

Penso que o Município de Oliveira do Hospital seguiu a via correta. O nosso Presidente da Câmara Municipal referiu que há várias formas de gerir o sector, e via a que foi seguida, que no fundo é uma Empresa Intermunicipal, com uma gestão delegada dos municípios nessa empresa que é juridicamente uma entidade de cariz municipal, é a via em que há mais controle de proximidade neste serviço que é um bem essencial.

Aliás, felizmente, numa altura em que houve umas tentações de privatizar o setor da água, houve da parte de pessoa com relevância na área do PSD, e eventualmente na área do CDS, posicionamento público contra a privatização da água. Existe uma plataforma de entendimento das várias áreas políticas contra a privatização da água.

Não nos esqueçamos que, no passado, houve cidades importantes cercadas e que só caíram quando se cortou a água.

A água é um bem absolutamente essencial.

Houve uma moda e vários países europeus relevantes, como é a França, como é o Reino Unido, deram um salto muito significativo em termos da qualidade destes serviços através da privatização, e podíamos, aqui, falar muito sobre isso, porque as entidades privadas têm uma agilidade na contratação de serviços e na aquisição de bens que as entidades públicas com o pesadíssimo Código da Contratação Pública não têm. Houve várias opções para a gestão da água ser feita no privado só que tem-se estado a retroceder, e tem-se estado a voltar a tornar estes serviços de água para a gestão pública.

Portanto, na minha perspectiva, e este é um sector em que eu, por uma série de circunstâncias, tive que pensar muito ao longo da minha vida profissional, acho que estamos no bom caminho ao termos tomado a opção da empresa intermunicipal e do modelo de gestão delegada. Acho que os Executivos aqui da região tomaram a decisão correta.

Também não posso deixar de salientar o seguinte: Precisamente porque me posso considerar uma pessoa com algum conhecimento nesta matéria, também registo que é verdade que Oliveira do Hospital tem apostado na

capacitação de uma estrutura técnica que está à altura para gerir estas matérias porque há aqui muita interface com as entidades que gerem os financiamentos, com a Entidade Reguladora, que era o Instituto Regulador onde eu trabalhei sete anos, com a Agência Portuguesa do Ambiente, e com outras entidades. E, para falar com todas estas entidades, tem que se estudar, tem que se conhecer, tem que se estar preparado, tem que se estar focado, porque só assim se consegue garantir a defesa dos interesses do nosso Concelho.

É a aposta certa e eu tenho que dar os meus parabéns à visão que o nosso Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo tiveram em identificar esta área como absolutamente estratégica.

Antes de passarmos à votação do Ponto II, quero agradecer ao Eng.º Rui Pedro Silveira Pina pelo prestimoso apoio e forma clara com que nos esclareceu.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 22º e n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 32º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na atual redação, conjugados com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 194/2009 de 20 de agosto, na atual redação e em cumprimento da alínea n) do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, da proposta de Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital, de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços - Aprovação de alterações aos documentos e estudos técnicos, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 33.º, alíneas b) e m) do n.º 1 e alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), da proposta de Acordo de Financiamento às Atividades Exercidas ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes a celebrar com a CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dar-vos nota que este Ponto III está relacionado com a mobilidade. Tenho que vos dizer com sinceridade que este Acordo de Financiamento às Atividades Exercidas ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes a celebrar com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra é um documento muito complexo e foi feito com o apoio jurídico da empresa Sérvulo Correia.

Há o compromisso entre as Câmaras Municipais que ninguém pode gastar mais do que aquilo que estava a gastar até agora nos transportes.

Vai ser feito um concurso internacional onde estão fixadas as percentagens a pagar por cada município mas ainda não sabemos qual é o custo do concurso. O concurso há de ter um preço base mas ainda não sabemos qual é.

Oliveira do Hospital gasta cerca de setecentos euros em transportes escolares mas o princípio que este documento tem é que cada Câmara não pode gastar mais do que gasta actualmente.

Este documento é muito complexo e para o explicar precisava de ter aqui um dos advogados da empresa Sérvulo Correia.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais dizer que a área dos transportes é um sector da maior importância para o Concelho. De certa forma, respondendo um bocadinho à intervenção do Sr. Deputado Eng.º Carlos Maia e aproveitando a dica que o Sr. Deputado Francisco Garcia deu na última Sessão da Assembleia Municipal, acho que o problema do estacionamento deve passar pela solução de um sistema de transportes públicos para a cidade e é certo que isso tem custos. Parece-me que a sugestão que o Sr. Deputado Francisco Garcia trouxe aqui na última Sessão da Assembleia Municipal, acho que é de elementar justiça a questão de podermos trazer as pessoas mais idosas à cidade noutra tipo de horário e com custo reduzidos ou até gratuitos, parece-me que poderia ser uma solução de futuro.

E, nesse sentido, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, porque passei os olhos pelo documento, que não estava lá prevista naquilo que o contrato designa como rede nova uma participação do Município de Oliveira do Hospital. Queria perguntar se isto significa que não há investimentos previstos pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital numa perspectiva de futuro para o sistema da rede de transportes pública?

Findo isto, queria também dizer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que lamento o tom com que o Sr. Presidente se dirigiu a mim na resposta à ordem prévia no Período de Antes do Dia porque eu trouxe aqui uma sugestão abnegada para o futuro do Município. O Sr. Presidente queixa-se que eu sou demasiado áspero consigo e eu vim aqui com toda a bondade.

E dizer-lhe outra coisa ainda, o Sr. Presidente conhece-me fora da Assembleia Municipal, sabe onde me situo e, dizer-lhe ainda, o meu cartão do CDS chegou em dezembro, eu filiei-me no partido em que estou em dezembro, precisamente para apoiar o candidato que o Sr. Presidente com toda a gentileza me indicou.

Dizer também que, como o Sr. Presidente sabe, eu, enquanto dirigente da Juventude Popular no Congresso do CDS, sempre votei contra a presidência da antiga e ainda actual Presidente do partido. Eu sigo ideias e não sigo pessoas e, como nunca me identifiquei nas ideias expostas pela antiga Presidente, agradecia que não me vinculasse às mesmas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Este programa, pelo que percebi, vem melhorar as condições de mobilidade que precisamos que sejam melhoradas aqui no interior e terá sempre custos para o utilizador. E, nesse sentido, eu, que compactuo, em parte, com o que a caríssima Deputada disse do utilizador/pagador mas, com algumas exceções, quem não pode, quem tem menos possibilidades, de facto, deve ser apoiado dentro da legalidade para as suas necessidades. Nesse sentido, o Governo já dá essa participação e que será estendida também ao interior, penso eu, e aí estamos salvaguardados.

Vinha só realçar e reforçar a ideia/sugestão que deixei na última Assembleia que é estudar a possibilidade, dentro da legalidade, de os idosos carenciados, e que não podem sair das suas terras mais afastadas da Sede do Concelho, poderem vir, se quiserem só passear em Oliveira do Hospital, de forma gratuita ou com um preço simbólico. Isso não está neste programa mas é uma sugestão para que o Executivo Municipal estude, analise, pondere a viabilidade.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Não tenho dúvida que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital vai defender mais mobilidade e que este programa o vai acautelar, vai aproximar mais as pessoas no Concelho, aproximar as pessoas no Distrito ou na Comunidade Intermunicipal, e aproximar as pessoas no País.

A questão que coloco é a seguinte: Como é que isso é conseguido?

Haverá passes Municipais? Haverá passes Intermunicipais? Passes que permitam viajar em todos os concelhos da Comunidade Intermunicipal. Haverá passes nacionais?

Há acordos que são celebrados ao nível dos transportes e também para este espaço de mobilidade que estamos a criar e desenvolver e, como o Sr. Presidente já referiu, isto ainda vai demorar mais de um ano.

Depois também uma coisa muito importante e que é diminuir claramente o transporte individual e apostar no transporte colectivo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“Só queria dizer que, em relação à mobilidade, nós, na União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, desde que entrámos no Executivo que levámos à Assembleia de Freguesia para aprovação essa mesma mobilidade. Nós, desde o ano de dois mil e dezassete, quando os idosos necessitam de vir a Oliveira do Hospital, seja a uma farmácia, seja a um Médico, seja a um serviço próprio, os idosos fazem um pedido à Junta de Freguesia com antecedência de uma semana e nós acautelamos o transporte. Os gastos inerentes são suportados por nós e as pessoas são livres de vir. É uma forma que nós temos. Disponibilizámos as nossas viaturas à comunidade.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Começava pelo Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, vou dar-lhe um conselho, e cada um faz o que quer mas, vou dizer-lhe, para ter algum cuidado com isso porque esses transportes são considerados ilegais. Há pouco tempo, vários Presidentes de Câmara são arguidos por terem feito isso. Peça um parecer à Autoridade Nacional Rodoviária.

Nós, deixámos de fazer transportes e temos que ter cuidado. Só estou a dizer isto para prevenir e também devido ao que tenho ouvido falar dos meus colegas Presidentes de Câmara.

É uma boa medida, é uma medida social, mas hoje em Portugal tudo é um problema de legalidade, é uma coisa brutal!

Tivemos que acabar com os transportes porque aparecem a dizer que é uma concorrência desleal e depois que não estão certificados. Neste momento há muitas dúvidas e, como sabem, há Presidentes de Câmara que são arguidos por causa dos transportes. Temos que nos acautelar e ter algum cuidado.

Depois dar uma nota ao Deputado Nuno Rafael: Eu não fico chateado, de modo nenhum! Até acho que não fui muito rude consigo. Eu espero que não fique aborrecido comigo e que fique aborrecido com a notícia do jornal Observador. Mas, nós representamos partidos e, às vezes, somos obrigados a falar mas, eu tenho uma grande admiração pelo Francisco Rodrigues dos Santos até porque, como sabe, a família é de Oliveira do Hospital mas, ele não é uma pessoa perfeita porque é do Sporting.

Relativamente aos transportes, qual é que é a dificuldade? Em Coimbra há várias entidades ligadas aos transportes. Coimbra tem os SMTUC - Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e há ali algumas diferenças. A Câmara de Coimbra financia os seus transportes com sete milhões de euros. Em Coimbra o défice tarifário nos transportes é de sete milhões de euros.

Há aqui uma plataforma, tem havido reuniões entre a direcção da CIM e com a própria CP porque isto é difícil. Isto é uma grande responsabilidade e a Comunidade Intermunicipal não estava preparada para receber estas competências e estamos a fazer uma estrutura só para isto. Vai ser um *dossier* complexo que ainda vai demorar algum tempo mas também é verdade que o Governo vai subsidiar estes passes da mesma forma como subsidia os passes em Lisboa.

Os Transportes Escolares, por causa destas regras e de todos estes cuidados que estamos todos a ter, estão-nos a ficar mais caros. Um transporte que nos custava quinze mil euros, agora, pagamos mais vinte e cinco mil euros.

Este processo ainda está muito incipiente e vai demorar um ano. Prometo que na próxima Assembleia mostro como é que funciona, quais são os objectivos, como são os autocarros amarelos e já têm um nome.

Este processo vai ter um concurso público internacional que vai demorar mas temos que aprovar este documento em todas as Assembleias Municipais.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 33.º, alíneas b) e m) do n.º 1 e alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), da proposta de Acordo de Financiamento às Atividades Exercidas ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes a celebrar com a CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação da proposta para contratação de um empréstimo de curto prazo até 500.000,00 € (quinhentos mil euros) para concretização de diversos investimentos de interesse municipal, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como nós temos um forte investimento em termos de candidaturas, se elas forem aprovadas, a Câmara Municipal vai ter uma série de obras onde tem de pagar as faturas à cabeça e só recebe depois. Este empréstimo é para funcionar como conta caucionada. Já fizemos por duas vezes uma conta caucionada que nunca utilizámos mas tínhamos por uma questão de precaução.

Esta conta caucionada pode ser, por exemplo, para antecipar a receita às Juntas de Freguesia logo em janeiro.

Fazemos esta conta caucionada e se precisarmos utilizamos. Como vêm esta conta caucionada nem comissões tem e tem uma taxa de juro baixíssima.

Esta conta caucionada tem que ser fechada até trinta e um de dezembro e, por isso, isto poderia chamar-se um empréstimo de curto prazo.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação da proposta para contratação de um empréstimo de curto prazo até 500.000,00 € (quinhentos mil euros) para concretização de diversos investimentos de interesse municipal, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriénio 2019/2022.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que podia apresentar este Ponto V em conjunto com os Pontos VI e VII.

Há aqui uma retificação ao Orçamento do ano de dois mil e dezanove porque houve um conjunto de obras que não conseguimos executar, é o caso da Escola Secundária, é o caso da Casa da Cultura, há uma série de obras. Isto é uma prática que não tenho feito nos últimos dois anos mas poderíamos fazer esta prática durante todo o ano quando percebemos que não vamos conseguir fazer uma obra.

Isto tem a ver também com a execução, fruto da dinâmica de aprovação de financiamentos, do lançamento e da taxa de execução das empreitadas. Por isso, este documento previsional é alvo das alterações e revisão de modo a conformá-lo com as exigências diárias.

As revisões do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes e do Orçamento, que agora se apresentam a análise, completam uma estratégia de adequação de tais documentos às exigências legais em matéria de compromisso e funcionamento e fundamentalmente também à sua taxa de execução Orçamental.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Vinha pedir um esclarecimento sobre uma das obras que está na documentação de suporte para a 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriénio 2019/2022 e que me parece da mais elementar importância. Trata-se da requalificação e melhoramento do Parque dos Marmelos. Queria perceber em que ponto é que isso está mas também qual é a visão do Executivo para esta mesma obra porque me parece sinceramente que é o maior parque verde com maior potencial no Concelho e parece-me que é da mais elementar importância ter um projecto bem definido para o mesmo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O Deputado Nuno Rafael não estava cá quando eu referi as obras estruturantes? Eu vou repetir o que disse: A obra do Parque dos Marmelos foi lançada inicialmente com o preço base de quinhentos e noventa e cinco mil euros, perto de seiscentos mil euros. A obra do Parque dos Marmelos ficou deserta. Isto é, há um projeto bem definido e se o quiser consultar quem acompanha a obra do Parque dos Marmelos é o Sr. Vereador Prof. Nuno Ribeiro. O concurso para o Parque dos Marmelos ficou deserto. Algumas empresas não concorrem mas escrevem na plataforma indicadores de preço.

Esta obra tem que ser retirada porque não foi iniciada nem executada porque não houve concorrentes.

Como sabem, hoje, as obras que ficaram para trás vão custar mais 30 % do que custavam há um ano, e estas obras estão orçamentadas, se calhar, por baixo. Por uma questão de segurança vamos em princípio lançar esta obra que era de cerca de seiscentos mil euros e está para ser lançado o procedimento novo com um preço base entre setecentos e cinquenta mil euros e oitocentos mil euros porque se não for assim não temos ninguém a concorrer.

Em janeiro vai haver a reprogramação das verbas do Quadro e há toda uma pressa para se executar esta obra porque se não executarmos a obra o dinheiro vai para outro lado e ficamos sem o dinheiro. Nós precisamos de executar esta obra, precisamos de lhe pôr dinheiro, precisamos de mostrar que já decorreram os prazos do concurso público e que temos a obra adjudicada. Nós já mandámos a abertura do procedimento para lhes dizer não mexam no dinheiro da obra do Parque dos Marmelos e depois tivemos que mandar para lá a dizer que o concurso ficou deserto.

Em janeiro vai haver uma coisa que se chama varredura dos dinheiros, e eu ainda espero ir buscar algum dinheiro dos outros que não o souberam gastar. Por exemplo, o dinheiro que há de vir para o Centro Escolar há de vir de algum lado porque ele já não existia no Quadro mas há de vir uma verba, e esse dinheiro vem dessa limpeza.

Estamos a trabalhar muito e também temos que ser honestos porque as coisas não nos têm corrido bem! Neste mandato a execução das obras não têm corrido bem, e eu reconheço isso, não há problema nenhum em fazer esse reconhecimento. Até tem havido algumas dificuldades das próprias empresas. Vamos aplicar coimas às empresas. Por exemplo, na obra junto à Central de

Camionagem agora voltaram outra vez com a força toda mas estiveram quase dois meses sem estar na obra.

Temos este dinheiro que estamos sujeitos a perder. Este dinheiro para ser conquistado na mesa das negociações dá muito trabalho e, para o perder, perdemo-lo com facilidade.

Por exemplo, a obra da Escola Secundária é um problema que nos aflige e que nos angustia a todos, está ali o Sr. Diretor do Agrupamento que sabe, nós temos de lançar aquela obra o mais depressa possível.

É preciso ter esta preocupação com a execução das obras. Nós, este mês dezembro, já só estivemos concentrados nisto e, por isso, é que há estas retificações.”

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriénio 2019/2022, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais espero que tenham tido um bom Natal e que as festividades tenham corrido bem.

Relativamente ao Ponto VI, falamos da 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, um documento que reflecte o que foi o investimento do Executivo deste Município no Concelho.

Ora, o tão ambicioso Orçamento, como, alguns, infelizmente não se cansam de o dizer porque não conseguem ver para além da força política que representam, no valor de dezasseis milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, cento e onze euros e dezassete cêntimos, o qual, para nosso espanto, acaba, depois de reduzidas cento e trinta e oito rúbricas a um valor residual de dez

euros, por se resumir a um investimento de pouco menos de cinco milhões e quinhentos mil euros.

Ora, parece-nos ridículo reduzir um investimento a um terço, mais, é uma clara demonstração de como o Executivo, pelo menos nos últimos seis anos, tem vindo a enganar sucessivamente os Oliveirenses.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Não tenho nada para comentar. Quem não sabe o que é um Plano e não percebeu, mas, até posso dizer o seguinte: Mesmo com estes cinco milhões fizemos sempre mais investimento do que eles fizeram no passado.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 4ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes para o Quadriénio 2019/2022, que foi aprovado por maioria e com quatro abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 3ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2019.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Há um ditado antigo que diz, e as pessoas na sala que não se ofendam com o que eu vou dizer: *“quem sabe, faz e, quem não sabe, ensina”*. E, curiosamente, este ditado consegue ser extrapolado para esta Assembleia Municipal.

Compreendo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não tenha respondido no âmbito do anterior Ponto, por uma razão muito simples: Porque já o fez dezenas de vezes. E, dezenas de vezes, esta Assembleia Municipal já compreendeu, quando se apresenta um Plano e Orçamento está-se a apresentar um documento previsional. É fácil perceber o que isso é!

Mais, os Orçamentos atingem determinados valores de previsão porquê? Porque a Câmara Municipal, fruto do esforço dos seus funcionários e sob a

orientação política do Executivo, se candidata a Quadros Comunitários de apoio que permitem financiar as obras. Não estando previstas essas obras no Orçamento não se pode candidatar e, ainda que pudesse, na eventualidade de ser atribuído esse fundo, não podia executar a obra.

A razão porque o Orçamento tinha cerca de dezasseis milhões de euros foi uma previsão e teve a execução que teve. É, por isso, que estivemos, aqui, a votar o Ponto V, o Ponto VII e que, agora, vamos votar o Ponto VII.

Digo-vos, sinceramente, não compreendo como é que alguém tão veementemente se insurge quanto à proposta que foi feita no Ponto VI e depois se abstém. É estranho! Eu, quando não concordo, voto contra. Há distinção: É a inexistência de opinião e eu só consigo compreender inexistência de opinião, neste caso, com profunda ignorância.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto VII que está, obviamente, relacionado com os dois Pontos anteriores.

Acho que o Presidente da Câmara Municipal, perante a observação que foi feita no Ponto VI pelo Deputado do PSD, acho que fez bem em não responder. O Deputado Rui Monteiro começou muito bem a sua intervenção referindo esse ditado popular porque realmente quando “*o pior cego é mesmo aquele que não quer ver*”, e este é outro ditado popular que toda a gente sabe e que toda a gente conhece, está tudo dito! Ainda bem que o Presidente da Câmara Municipal entendeu que realmente o PSD é mesmo aquele que não quer ver.

Bom, quando se apresenta um Plano e um Orçamento a uma Assembleia Municipal ou a uma Junta de Freguesia ou a um Governo obviamente que se criam expectativas porque é um plano de intenções. Também, pelos motivos que o Deputado Rui Monteiro disse aqui há pouco, também terão que ser inscritas obras, e nas quais se criam expectativas, para que haja o efeito prático para poder ir a Fundos Comunitários. Longe vai o tempo, e ainda bem, e eu já sou desse tempo, infelizmente, em que nós chegávamos aqui e não tínhamos nada, nem expectativas eram criadas, e tantas críticas foram feitas na Assembleia ao Executivo anterior do seu partido exactamente por essa razão.

Meu amigo, o Presidente da Câmara Municipal já explicou, já toda a Assembleia percebeu, e você foi o único que não percebeu e que não entendeu o

porquê da não execução de diversas obras deste Orçamento. Por isso é que eu digo que “o pior cego é mesmo aquele que não quer ver” e o meu amigo é um cego nisto tudo e demonstrou exactamente a sua cegueira. E a sua cegueira é partidária, é a partidarite, não é mais nada e não passa exactamente disso! Toda a gente já entendeu o porquê destas revisões e alterações!

Há obras que não correram bem, e isso já foi dito e, por isso, é que a sua execução não aparece como executada e como paga. Obviamente estas alterações e estas revisões têm todo o sentido de ser mas, o meu amigo, já deveria ter visto que, para além destes Pontos, no Ponto que vem a seguir, vem aí um investimento de quase trinta e dois milhões de euros, coisa que o seu Executivo anterior nunca, nem de longe nem de perto, aqui apresentou nesta Assembleia.

Portanto, meu amigo, estude bem as coisas, deixe a partidarite aguda de lado e veja se trata um bocado essa cegueira.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Não vou responder porque há vozes às quais não se deve responder e, portanto, há ditados populares que devemos também chamar para aqui. Não vou responder, peço imensa desculpa. Vou falar do que é realmente importante e que é o Ponto VII.

Mais uma vez falamos de uma alteração. Desta vez a 3ª modificação ao Orçamento/receita. Este documento visa corrigir o Orçamento e a receita, aprovada em dois mil e dezoito, para o ano de dois mil e dezanove. Há data o PSD alertou o empolamento explanado no documento, como não podia deixar de ser.

Note-se que, passamos de um valor de receitas de trinta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta mil euros para vinte e um milhões, quinhentos e noventa e quatro mil euros. Verifica-se, assim, que o empolamento foi de doze milhões, novecentos e cinquenta e seis mil euros.

Na parte da despesa passamos de um Orçamento de vinte e seis milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil euros para treze milhões, oitocentos e sessenta e seis mil euros.

Ou seja, o Orçamento da despesa é quase metade onde, como é lógico, estavam explanados grande parte dos investimentos em obras prometidas nas eleições e que, mais uma vez, ficaram por concretizar.

Constata-se, assim, mais uma vez, que o PS, e este Executivo, não se cansam de enganar os Oliveirenses, apresentando, ano após ano, Orçamento e consequentes receitas que o Executivo sabe que não tem hipótese de arrecadar a não ser que aconteça um milagre.

Estas revisões ao Orçamento vêm, assim, corroborar o empolamento orçamental, para o qual o PSD tem vindo a alertar, Orçamento atrás de Orçamento.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“É assim, vamos lá ver uma coisa: Os partidos precisam de fazer política e isto é política. Todos sabemos, é um facto, que, como já foi aqui dito, para haver hipótese de nos candidatar-mos a projetos é imperativo que as rubricas estejam previstas nos Planos. O que é que acontece? Quando arriscamos, umas vezes conseguimos concretizar e outra vezes não. Se não arriscarmos, já perdemos a oportunidade.

Quero-vos dizer o seguinte: Sei que a política passa um pouco por isto, por haver alguma fratura, alguma criação de contraditório e é o que mais me desagrada na política porque, às vezes, as pessoas estão a fazer observações às quais não aderem por completo. É, como eu digo, uma característica no exercício da actividade política com a qual nunca me identifiquei.

Sei, por experiência própria, e vocês também sabem, que muitas vezes, prevemos a realização de determinadas iniciativas mas, isso não depende apenas de querermos muito para termos a sua concretização. No caso, por exemplo, de obras que têm que passar por vistos do Tribunal de Contas, e muitas das vezes algumas têm expropriações associadas, têm empreiteiros que podem ter dificuldades e ir à falência, há uma série de vulnerabilidades que depois em concreto comprometem a concretização, essa é que é a verdade, e nós todos sabemos que é assim!

Não acho que possamos em verdade dizer que o nosso Executivo quer enganar. Mas quer enganar o quê? De certa forma, ao apresentarem um conjunto de ambições para o nosso Concelho, o que temos que avaliar é se eles fizeram tudo para conseguir concretizar tudo aquilo que estava ao alcance deles e se fizeram o que deviam. Isso é o que devemos ver. Mas, há aspetos que não estão ao alcance deles, como vocês sabem, e temos que ter a noção que assim é e, porque por vezes, em determinadas estruturas escrevem-se umas linhas na fase do planeamento e sabe-se à partida que a probabilidade de concretizar é

baixíssima mas, não é o caso aqui. Porque isto acaba por ter uma penalização quer se queira, quer não. No fundo, apostaram, fizeram candidaturas, lançaram procedimentos etc, etc. Andaram, de alguma forma, a trabalhar e não conseguiram chegar lá mas, não é por culpa deles. Isso é o que nós temos de ter bem presente.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O que quero dizer é o seguinte: Eu ouço com atenção as minorias mas, também vos digo, eu governo com uma grande maioria e é essa maioria que me dá possibilidade de trazer aqui um orçamento como flexibilidade.

Desafiava o Eng.º João Brito para indicar uma obra que não seja para fazer em Oliveira do Hospital e que seja retirada. Agarre no Orçamento e diga, esta obra não é para ser realizada. O Presidente tem esta obra no Orçamento só para a vender ao Presidente da Junta ou para o Presidente da Junta a vender. Eu desafio-o que agarre e que me indique uma que lá esteja.

Há aqui uma razão também, como vocês sabem, e que é uma alteração profunda, até porque eu não tenho feito revisões. Fiz há dois anos uma revisão muito mais ligeira. Digo-vos uma coisa, levarei esta mensagem, quando tiver a ata, e mostrarei aos Presidentes de Câmara dos vossos partidos que fizeram revisões, mostrar-lhes-ei qual é o vosso sentimento em relação àquilo que se faz.

Os Orçamentos têm que ter alguma flexibilidade. Como eu disse, não o fizemos duas vezes. Todas as Câmaras Municipais o têm feito porque eles querem uma flexibilidade. Bastaria vermos que na área da água e saneamento com a transição, com a possibilidade de termos candidaturas que elas não sejam executadas, isso é uma coisa que é clara.

E, como eu disse, fazemos o Orçamento como a nossa maioria entende, dou satisfações porque tenho que dar satisfações e, aqui, não se engana ninguém.

As obras que têm uma determinada expectativa e não se fizeram, como é o caso da Adarnela e outros casos que foram aqui levantados, temos que as retirar. Eu poderia ter feito isto quando vi que a obra da Escola Secundária não se realizava. Já poderia ter feito uma revisão. As revisões são uma coisa que é absolutamente normal.

O Orçamento deve ser um documento rígido como se fosse uma verdade absoluta? Não, Não é. É um plano previsional e, às vezes, tem que se fazer

determinados reajustamentos, muitas vezes por causa da quebra de receitas, muitas vezes por opções políticas.

Alguém previa, quando foi feito este Orçamento, que podemos gastar com as estradas, sem sabermos se vamos ter fundos para o fazer, mais de seiscentos mil euros, e que ainda é um número previsional.

E, por isso, perceba-se, nós trabalhamos, aqui. Depois, há uma coisa que temos no nosso Orçamento, e também não me levem a mal, é que este Concelho já esteve muitos anos entregue a pessoas sem visão e, por isso, ninguém pode levar a mal que nós tenhamos ambição e de tentarmos concretizar a maioria das obras mesmo sabendo que não as fazemos todas.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 3.ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2019, que foi aprovado por maioria e com quatro abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2020/2023, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2020, e a Proposta do Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2020.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“As propostas de Orçamento para o ano de 2020 e de Grandes Opções do Plano para o Quadriénio de 2020 a 2023 foram inspiradas por uma elevada ambição de dar continuidade ao percurso de consolidação dos principais indicadores de desenvolvimento que têm caracterizado o desempenho da autarquia nos últimos anos, bem como num forte desígnio de restabelecimento de uma situação de normalidade que tinha sido interrompida no fatídico dia dos incêndios de 15 de outubro de 2017 e que ainda hoje atravessa o nosso dia-a-dia em variadas dimensões.

Para esse efeito, foram estabelecidos os cinco principais objetivos em torno dos quais deverá ser desenvolvida a ação de todos os responsáveis e colaboradores durante o exercício de 2020.

Desde logo, o Executivo Municipal procurará continuar a promover a Coesão Territorial em todo o território do concelho, cujo conceito ganhou uma enorme relevância na orgânica do novo Governo de Portugal, mas que em Oliveira do Hospital é um forte determinante de toda a ação executiva que tem vindo a ser desenvolvida.

Em segundo lugar, continua a ser ponto de honra do atual Executivo Municipal atuar segundo regras e orientações que respeitem uma lógica de sustentabilidade financeira, sem a qual uma boa parte dos objetivos não teriam sido possíveis de alcançar.

Por outro lado, não obstante o desígnio de restabelecimento da normalidade, é necessário continuar a desenvolver todos os esforços físicos, materiais e financeiros para que o processo de Renascer da catástrofe dos incêndios seja continuado e concluído com o maior êxito que for possível.

Em quarto lugar e em benefício do enorme esforço que tem vindo a ser desenvolvido na lógica da sustentabilidade financeira, é um grande objetivo para 2020 assegurar o melhor aproveitamento possível dos financiamentos através de fundos comunitários que asseguram o potencial de concretização dos principais investimentos de carácter estruturante que o concelho de Oliveira do Hospital ainda reivindica.

Por último, mantém-se como objetivo estratégico, pela elevada importância que tem enquanto influenciador de sucesso nos restantes objetivos, a modernização dos serviços autárquicos, não apenas no âmbito interno das atividades técnicas, administrativas e financeiras, mas igualmente nas atividades de suporte ao nível externo, as quais são essenciais no fomento do nível mais básico da coesão territorial e na manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, mas igualmente no apoio às ações de animação e promoção do Município, designadamente na organização de eventos e iniciativas de dinamização das atividades económicas.

Assim, é estabelecido para 2020 um propósito muito firme de concretização dos restantes projetos que fazem parte do quadro de investimentos do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, bem como dos que integram o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM - Região de Coimbra, para além daqueles que já foram iniciados e, alguns, concluídos.

Desde logo e apesar de algumas questões circunstanciais que afetaram o normal desenvolvimento da empreitada, a Requalificação e Refuncionalização do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e da Casa da Cultura será uma realidade em 2020 proporcionando, finalmente, que a Cidade de Oliveira do Hospital e todo o território do Concelho passem a dispor de um complexo cultural com uma grande sala de espetáculos de dimensão e qualidade proporcionais à sua importância e estatuto.

Por seu lado, a Requalificação e Beneficiação da Rua Dr. Virgílio Ferreira e Rua Alexandre Herculano e a Requalificação e Beneficiação da Área Norte da Cidade, serão também concluídas na primeira metade do ano de 2020, concretizando, assim, a estruturação viária e do espaço urbano de uma parte importante da Cidade.

Em ordem à mesma finalidade, serão também concretizadas as intervenções relativas à Requalificação do Centro Histórico de Oliveira do Hospital e à reabilitação do edificado e do espaço público do Bairro Social João Rodrigues Lagos, na Cidade.

No primeiro caso, a intervenção relativa ao Centro Histórico, cujo procedimento de contratação pública já está em curso, vem cumprir um objetivo que foi anunciado ao longo de muitos anos, mas que só o atual Executivo Municipal irá concretizar para dar uma nova centralidade àquela zona.

No segundo caso, cumpre-se também uma ambição que há muito vinha fazendo parte das prioridades de intervenção da autarquia.

Por outro lado também o lançamento do Campus Educativo de Oliveira do Hospital, esta obra já vem tarde, mas houve uma fase que não houve dinheiros porque tinham gasto o dinheiro a fazer umas pequenas requalificações na Escola Primária e não nos pudemos candidatar a este Campus Educativo e hoje chegámos aqui.

Acabar também o trabalho na Igreja de São Pedro em Lourosa e nas Ruínas Romanas na Bobadela.

Neste momento temos sete empresas já interessadas na nossa Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital. Isto é, ainda não lançamos a obra mas já temos sete empresas que nos pediram reuniões e terrenos e, por isso, também é uma alavancagem para o desenvolvimento económico.

Por isso, meus caros amigos, nós diminuámos muito nas Grandes Opções do Plano, diminui-se quase dois milhões de euros. As Grandes Opções do

Plano têm um valor de dezanove milhões, oitocentos e trinta e sete mil, duzentos e cinquenta euros e, depois, no Orçamento também diminuámos cerca de trezentos e quarenta e um mil euros.

Mas, por outro lado, esta Câmara Municipal, como disse o Deputado Tiago Martins, não deixa de ter em conta no Orçamento aqueles que são os objectivos sociais de inclusão e, aí, também ninguém nos ensina nada, por uma razão: Acho que ao longo dos anos nos temos destacado. Temos o projeto OHÁ+Saúde, os Incentivos à Natalidade, o programa da Casa Digna, as Bolsas de Estudo, os transportes gratuitos para os alunos.

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano têm objetivos claros.

Esta Câmara Municipal pagou sempre aos fornecedores. Estou a fechar contas, faltam-nos algumas faturas que estão em circulação para serem confirmadas, e gostaria de deixar o menos possível para pagarmos em janeiro porque temos dinheiro para pagar tudo aquilo que nós adjudicámos.

Os bancos quando nos fazem empréstimos pedem-nos as contas e, não é por acaso que temos um *spread* de 0,14 %. Eu pergunto se arranjar um *spread* de 0,14 % é uma coisa fácil na nossa vida pessoal? É um bocado difícil.

Esta Câmara Municipal tem boas contas e as pessoas sabem que trazemos as contas certas, não podemos é prometer a lua sem a poder dar. Alguns gostariam que nós prometêssemos a lua sem a podermos dar mas enquanto eu for Presidente não prometerei a lua porque não é minha e é de todos.

O Mapa de Pessoal também está na documentação que vos foi enviada. Este ano reformaram-se catorze pessoas. Com a admissão dos precários houve um aumento substancial na despesa de pessoal.

Há aí um relatório da empresa BDO para conhecimento e não se falou nele.

O Mapa de Pessoal tem aí a criação de uma equipa que para mim é importante. Esta equipa vai ser chamada de Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Económico Sustentabilidade e Ambiente e que vai ser uma estrutura ligeiramente diferente daquilo que nós temos e que vai ser coordenada pelo Dr. Francisco Rodrigues. Esta equipa multidisciplinar, em princípio, terá umas seis pessoas.

A Equipa Multidisciplinar de Autoridade Urbana para a Implantação do PEDU- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano vai deixar de existir porque até agora não assinamos o contrato de financiamento para esta equipa.

A Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Económico Sustentabilidade e Ambiente terá a ver com a parte de captação de empresas, também com o ambiente com a descentralidade económica e sobretudo também com a elaboração de candidaturas. Por isso, em fevereiro, logo que esta equipa esteja criada, traremos o Mapa de Pessoal para extinguirmos a equipa do PEDU.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“A minha questão é a seguinte: Ouvi o Sr. Presidente da Câmara Municipal a enumerar as obras que tem como objetivo. A minha questão, se calhar, não está dentro do âmbito do Ponto VIII mas, acho que todos, de certa forma, temos essa curiosidade. Em relação ao memorando das vítimas, quando é que se perspectiva a sua execução?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Paulo Sérgio Dias Minas, que fez a seguinte intervenção:

“Deixar aqui uma nota: Não venho dar lições a ninguém, a seguir ao Nuno Rafael provavelmente, hoje, sou o Membro da Assembleia mais novo, e nem sequer sou membro efectivo, venho só expressar aquilo que é a minha opinião na súmula daquilo que eu vivo, daquilo que eu leio, daquilo que eu ouço. Espero que não desiluda, nem sequer crie suscetibilidades a alguém.

E começo confessando que seria meu gosto vir aqui proferir outras palavras e que o saldo de reparos fosse mais positivo do que negativo mas, infelizmente, isso não foi possível.

O Orçamento para 2020, o que estamos aqui a discutir, hoje, é o que é, é o que está, e já de há anos que assim é em muitos aspectos. É um Orçamento definido e assente em linhas orientadoras que já vêm sendo seguidas desde anos anteriores e quem olha para o Orçamento de 2020 vê no Orçamento de 2019 o seu espelho. É um Orçamento repetitivo pouco evolutivo com muitas rúbricas praticamente inalteradas.

Apesar da explicação que já ouvimos aqui, no Ponto anterior, que acatámos perfeitamente, sabemos assim que este seja um Orçamento desenquadrado da realidade e talvez acima das reais possibilidades do Executivo, com uma capacidade de realização baixa, que também está escrito entre linhas no documento. Se assim for, este Orçamento não está a ser

totalmente justo com os Municípios e, quando assim é, abre-se também espaço a alguma desconfiança dos cidadãos.

Não obstante, queremos assinalar de bom grado a inclusão da execução do Campus Educativo neste Orçamento, quer a sua localização estratégica, quer a dimensão da empreitada, porque vão dar certamente uma nova centralidade à cidade, e é importante vermos a cidade crescer para onde pode e deve crescer.

Salientamos ainda o esforço do Executivo em capitalizar as IPSS do Concelho que em muitos lugares desenvolvem um trabalho excepcional onde mais ninguém consegue chegar com tanta eficácia.

Pese embora nesta matéria fosse interessante estudar a eficiência de algumas destas IPSS, isto é, trabalhar em conjunto com estas entidades e, através de boas práticas e de bons exemplos conhecidos, iniciar um caminho no sentido de optimizarem os seus resultados financeiros e económicos assim como os serviços por estas prestados.

Olhando novamente para aquilo que me retrai um pouco neste Orçamento, não me sai da cabeça a grande generosidade que continuará a merecer o desporto no próximo par de anos. São milhões que já foram gastos e são milhões que se continuarão a gastar numa aposta em que não nos revemos e que passa, essencialmente, por apoiar o futebol profissional. Pois, então, que se divida esse esforço por outras modalidades e que se torne este Município ainda mais eclético, que se reforce, sobretudo, o apoio à formação, esse, quanto a nós, deveria ser mais o caminho.

Outra coisa que não me sai da cabeça, mas que já nos habituámos também nos últimos tempos, é a verba destinada à dinamização e promoção de actividades culturais em espaços municipais, inscrita no código de classificação orçamental 020225, que baixou de cinquenta mil euros, em dois mil e dezanove, para dezasseis mil euros, em dois mil e vinte. Eu pergunto: Será que até à conclusão da Casa da Cultura vamos ter a programação cultural em banho-maria em Oliveira do Hospital?

Deixo apenas uma nota de rodapé: O Município do Fundão, que se pode facilmente equiparar ao nosso, tem cerca de vinte sete mil pessoas, nós temos vinte mil, dispõe de uma verba de quatrocentos mil euros para programação cultural e turística, quando o seu Orçamento se situa na ordem dos trinta e dois milhões de euros, como este que estamos aqui a discutir, hoje.

E também com alguma desilusão, não me sai da cabeça, a verba atribuída ao Programa Municipal de Fomento Empresarial, que são cerca de vinte mil euros, que é ainda menos de metade que aquela inscrita no Orçamento passado.

E quero voltar ao Fundão, um Município exemplo nesta matéria, que em empreendedorismo, inovação, internacionalização, duzentos e cinquenta mil euros. Desenvolvimento Rural e Agricultura, um milhão e trezentos mil euros, já para não falar em outros projectos e parcerias de dimensão internacional em que estão envolvidos.

Nós precisamos urgentemente de mais empresas, mais empresários, mais empreendedores, mais gente que arrisque, mais gente que crie, mais gente que invente. As pessoas estão onde há emprego e acontece que há décadas, não só aqui como em muitos lugares, estamos mais preocupados em satisfazer autarcas do que em satisfazer empresas. Parece que estamos mais vocacionados para convencer políticos do que para convencer investidores e aos custos da interioridade somam-se também muitas vezes os custos burocráticos. Nós estamos a esquecer-nos do essencial e de quem gera emprego, a iniciativa privada, e no final acabamos por ainda usar políticos e passamos uma imagem errada à sociedade.

Já faltam menos de dois anos para as próximas Eleições Autárquicas e, se por um lado podemos considerar este acontecimento um fator positivo para o Concelho também pela obrigatoriedade de mudanças de alguns intervenientes políticos, neste caso da Presidência, mas também pela necessária renovação de estilos, quer sejam uns estilos mais à esquerda ou mais à direita.

Por outro lado, a minha preocupação é crescente por estarmos, sensivelmente, a pouco mais de um ano de entrarmos num novo ciclo político onde se exige que se conheçam alternativas e, até ao momento, nada.

Oliveira precisa de uma verdadeira força de oposição, que se perdeu há anos. Oposição construtiva, com pessoas desprendidas, com ideias novas e formas de estar bem distintas. Urge criar uma união de forças suficientemente agregadora à direita do PS a nível concelhio, que seja credível e talentosa e que ofereça uma alternativa à governação do Concelho, que não exista apenas para o combate puro e duro, que esteja completamente desamarrada de vícios partidários e das caras do passado.

Naquilo que me for possível, e dentro daquilo que é a minha disponibilidade, estarei presente também para oferecer o meu contributo. É esse o contrapeso que devemos fazer. O copo da democracia deve estar sempre, e ao mesmo tempo, meio cheio e meio vazio.

Concluo citando apenas uma frase de Friedrich Von Hayek que diz que *os argumentos de liberalismo estão a favor de se fazer melhor uso das forças da*

concorrência como meio coordenador dos esforços humanos e não de deixar as coisas como estão.

Isto é, instalar a dúvida constante sobre as políticas levadas a cabo nos últimos anos é também fazer a nossa própria crítica e autocrítica para avançar economicamente, tecnologicamente, ambientalmente, culturalmente ou socialmente o nosso Concelho. E, não deixar as coisas como estão, é também votar contra este Orçamento porque a Coligação-Construir o Futuro absteve-se na votação do Orçamento de dois mil e dezanove, dando oportunidade clara ao Executivo de fazer cumprir as linhas mestras que tinha para este ano, sugerindo ainda melhorias em quatro vectores que já considerámos fundamentais, como o Investimento, as Oportunidades, a Cultura e o Turismo. Por isso, reforço que não podemos deixar as coisas como estão, ninguém deve passivamente deixar as coisas como estão.

Que dois mil e vinte seja um bom ano.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado Paulo Sérgio Dias Minas, após a sua intervenção estruturada quero fazer uma pergunta. É um facto que aqui em Oliveira do Hospital não temos uma oposição muito musculada e muito estruturada. A minha pergunta é: Porquê?

Porque é a vontade dos Oliveirenses. Temos a oposição que os Oliveirenses escolheram. É, ou não é, verdade?”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.^o Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Dar a seguinte nota introdutória: Há dez anos fomos sufragados com uma maioria relativa. Há seis anos fomos sufragados com uma maioria mais do que absoluta. Há dois anos fomos sufragados com uma maioria mais do que absoluta. Daqui a dois anos, naturalmente, seremos sufragados, e sem menosprezo para a oposição que não existe, com uma maioria clara e bastante assertiva. O Sr. Presidente da Câmara Municipal já o disse, o povo Oliveirense é isso que quer.

Este Orçamento, claramente, mostra o que os Oliveirenses querem e o que os Oliveirenses pretendem.

Naturalmente, o desafio que tem a bancada do CDS, que veio aqui trazer uma reflexão sobre os Orçamentos, e a Bancada do PSD, é apresentarem

Orçamentos alternativos e, para isso, têm que ganhar as eleições e, para isso, têm que fazer uma oposição clara e forte, porque de outra maneira não o conseguem. Isso passa-se aqui no nosso Concelho como também se passa a nível nacional porque ainda agora assistimos à discussão do Orçamento de Estado.

O Orçamento reflete opções políticas. Vocês estiveram lá durante vários anos e tiveram a vossa opção política. Estiveram aqui na Câmara Municipal e tiveram a vossa opção política. Quando um dia lá chegarem façam a vossa opção política.

Naturalmente a crítica é construtiva e aceitável mas este Orçamento reflete a vontade do povo de Oliveira do Hospital.

Quero reconhecer uma questão ao nível do Orçamento. Há cinco objectivos claros e que o Sr. Presidente da Câmara Municipal já referiu:

- Coesão Territorial - Ela é defendida claramente aqui no Orçamento do nosso Município.

- Renascer da Catástrofe - Quer queiramos, quer não, ainda estamos a renascer da catástrofe dos incêndios mas conseguimos e estamos na fase final desse renascimento.

Temos também que nos louvar e engrandecer com o máximo de aproveitamento de Fundos Comunitários e é por isso que este Orçamento continua a reflectir isso porque está plasmado no Orçamento as verbas para irmos buscar esses Fundos Comunitários.

A dinamização económica também está refletida no Orçamento e orgulha-nos a todos.

Destes cinco objectivos, o maior é a Sustentabilidade Financeira.

Os meus amigos, devem ter lido todos a capacidade financeira deste Município e, se calhar, é um dos Municípios a nível nacional, devido a essa sustentabilidade financeira, que maior capacidade de endividamento tem e isso deve-se ao trabalho feito pelo Presidente da Câmara Municipal e pela sua equipa.

Dar uma nota que também nos deve engrandecer: Está inscrito no Orçamento, e às vezes olhamos pouco para isso, despesas com o pessoal. Há uma verba que está inscrita, e se eu entendi bem, é para alteração do posicionamento remuneratório. Isto quer dizer que as pessoas que estão hoje num determinado posicionamento remuneratório, têm uma determinada remuneração, e vai permitir que no próximo ano fiquem noutra, claramente que de acordo com o seu desempenho e isso é extremamente importante.

Sobre a equipa multidisciplinar, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal já falou, e que vai suceder à equipa do PEDU, eu penso que é extremamente importante. Para já, é uma equipa que tem várias valências e consegue fazer trabalho extremamente útil e de futuro no Município.

Em termos de obras não quero falar porque elas estão reflectidas.

Há uma coisa importante neste Município é que desde a primeira hora, e desde há três mandatos, e com a certeza de que vai continuar, que é a sua aposta franca e aberta na área social. Sabemos que o Concelho tem alguns problemas sociais e vamos continuar a apostar na área social.

Dizer-vos também o seguinte: Nesta época de Natal e fim de ano, onde se discutem sempre os Orçamentos, era bom que fizessem um ato de contrição e reconhecessem que este é um dos Orçamentos melhores dos últimos Governos Municipais.

Para este Orçamento só vejo uma posição, nós, vamos votar a favor, e a oposição, num ato de contrição, votar a favor.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Um breve comentário: Daquilo que tenho visto não desanimo, a maioria das intervenções tem sido útil, têm sido feitas pela positiva, e acho que estamos todos um pouco mais ricos com tudo o que se tem passado até agora, se calhar é desnecessário ficar tão chateado por pequenas coisas.

As Grandes Opções do Plano para 20/30, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2020, a Proposta do Regime de Vinculação e o Mapa de Pessoal, são quatro pontos que merecem a nossa maior atenção e é uma pena serem os últimos a ser discutidos. Sugiro que os pontos mais importantes sejam os primeiros a ser discutidos.

Este Orçamento prevê uma Receita e uma Despesa de trinta e um milhões, setecentos e dezoito mil, trezentos e dezoito euros, o que denota uma diminuição face ao Orçamentado para os anos de 2018 e 2019 mas, como mandam as regras, este é um Orçamento desenhado a régua e esquadro.

Agora um desabafo, longe de ser uma crítica, é assim que são as coisas neste País, mas é sempre estranho ver alguns montantes, e alguns substanciais, sob a designação de “Outros”. Com efeito, 16 % da despesa prevista está sob a designação de “Outras Despesas”. Mas já do lado da receita é quase um quarto, cerca de 23 %, que está sob a designação de “Outras Receita”. E entre as “Outras Despesas” e as “Outras Receitas” há uma diferença de 7 %. Eu não sei

quais são estas “Outras Receitas”, mas é uma coisa boa serem superiores às “Outras Despesas”.

Este Orçamento está bem desenhado e é, de resto, como a política, é a arte do possível, e, Sr. Presidente da Câmara Municipal, vale a pena ser ambicioso.

Mas há algumas notas neste Orçamento que são dignas de referência.

Do lado da receita, é importante ver que 43 % depende das Transferências de Capital, das quais a transferência do Fundo de Equilíbrio Financeiro financia 20 % deste Orçamento.

Pelo que é importante aumentar a receita fiscal, não pelo aumento de imposto mas através do desenvolvimento económico do Concelho.

Mas o que realmente impressiona é do lado da despesa e aí que vemos os objetivos desta equipa. E ninguém nesta Assembleia pode deixar de reconhecer e de aplaudir o esforço extraordinário de financiar as Freguesias com seiscentos e noventa mil euros logo à cabeça. De alocar novecentos mil euros a Instituições sem Fins Lucrativos. E de suportar as Escolas com mais de quatro milhões e quinhentos mil euros. Mesmo quando só a despesa com a Água ascende a quase um milhão de euros e se prevê investir outros quatro milhões e quinhentos mil euros em obras de requalificação, os tais Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares.

É de lembrar que ainda em dois mil e dezasseis a despesa prevista com as Escolas era de trezentos mil euros e que mesmo em dois mil e dezoito mal passos de um milhão de euros. Agora, para dois mil e vinte, estamos a orçamentar quatro milhões e quinhentos mil euros.

Estes são os factos, a gestão do Concelho é notoriamente mas difícil e o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem estado à altura.

Para terminar faço uma pergunta em forma de desafio. Fruto de um trabalho que todos reconhecemos, em dois mil e dezasseis, a despesa orçamentada para a Água era de um milhão e duzentos mil euros. Em dois mil e dezoito essa despesa foi reduzida para novecentos e cinquenta mil euros.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, a pergunta que faço é a seguinte: Será que ainda consegue reduzir mais esta fatura da água para dois mil e vinte e um?”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre o Ponto VIII, estamos perante uma proposta de Orçamento de trinta e um milhões, setecentos e dezoito mil, trezentos e dezoito euros. Ora, no

seguimento dos Orçamentos anteriores, estamos, mais uma vez, perante um Orçamento com um empolamento de mais de dez milhões de euros. Constatam neste Orçamento receitas que, há semelhança dos Orçamentos anteriores, não vão existir, como haverão novamente despesas as quais daqui por um ano estarão, há semelhança do que aconteceu este ano, a ser reduzidas com um valor residual de dez euros, uma vez que não vão ser concretizadas.

Este é apenas mais um orçamento para o PS vir ao púlpito dizer, este é um Orçamento ambicioso de que muito nos orgulhamos, ou nunca outros Executivos apresentaram um Orçamento de igual envergadura, etc, etc, etc.

Contudo, é de salientar que quando há revisões para rectificar, em baixa, para dois terços, não vejo aqui ninguém a lamentar, questionar ou pedir justificação ao Executivo.

Assim, o PSD vê este Orçamento como mais um Orçamento que não traduz a realidade do nosso Concelho, logo não tem o rigor esperado num documento desta importância.

No que diz respeito às Grandes Opções do Pano o PSD vê com bons olhos as obras inscritas contudo, não basta inscrevê-las nas rubricas, é preciso concretizá-las e aí, o PSD tem visto poucas a sair do papel para o espaço físico.

Visto que, mais uma vez, o Orçamento não contém uma linguagem de rigor, verdade, transparência e porque o povo espera mais de quem exerce o poder político, o PSD vota pela abstenção.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Apenas um reparo a este Orçamento: Diria que é um Orçamento um bocadinho inclinado para as grandes obras da cidade e para outras Freguesias também. E não é por isso que venho aqui dizer que sou contra as obras, antes pelo contrário, sou a favor das obras sejam elas feitas onde quer que sejam. As obras são sempre bem-vindas.

Gostaria de pensar que deste bolo me iria tocar um bocadinho das fatias e, se não fosse uma fatia, que fosse uma migalha para a minha Freguesia. Também há obras pequenas para fazer na minha Freguesia e uma de maior volume, que é a obra de saneamento no Rio de Mel. As obras pequenas até tenho esperança que elas venham a ser feitas porque há verbas em rubricas que ainda não têm o sistema definido e poderão ser canalizadas algumas verbas para a minha Freguesia. Quanto à obra de saneamento no Rio de Mel, a obra existiu no

Orçamento e saiu. Fui esclarecido que foi retirada porque foi entregue à empresa de águas, que ainda não está constituída neste momento.

A minha dúvida é a seguinte: Se houve a candidatura também peço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que se for aprovada não deixe desperdiçar a mesma. Também já percebi que sem apoio financeiro a obra de saneamento no Rio de mel não será feita.

Desejo um feliz ano novo a toda a gente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, há pouco, por incrível que pareça, não vim pedir dinheiro para o Museu nem para o Lagar, eu vinha pedir apoio técnico porque submetemos o projecto e o projecto foi indeferido porque o Plano Municipal não contempla museus naquele espaço. Aquilo que nós queremos, neste momento, é meter-lhe o telhado, o dinheiro poderá vir à posteriori.

Como o Sr. Presidente da Câmara Municipal sabe, a obra prioritária, neste momento, é o Polidesportivo, e penso que desta vez é para concretizar.

Sou de acordo que as grandes obras se façam na Sede do Concelho mas, também não podemos, como alguns Deputados querem, abandonar as Freguesias porque se não qualquer dia as pessoas vão embora das aldeias e depois querem captar empresas para quê? Onde é que há depois a moldura humana para trabalhar nessas empresas? Tem que haver um equilíbrio, e o equilíbrio é criar condições também nas aldeias para que as pessoas se possam lá manter. Nisso não há a mínima dúvida e penso que os meus colegas estão todos de acordo comigo, e para isso é que fomos eleitos.

Vou votar favoravelmente este Orçamento porque tem estas obras para a minha Freguesia mas também tem obras para outras Freguesias e para o Concelho e são obras extremamente importantes.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Já diversas coisas foram referidas de alguns aspetos do Orçamento e, sinceramente, não me vou debruçar muito mais nelas. Na parte social, na parte da educação, na parte do pessoal, aquisição de serviços, dou isso de barato

porque já se sabe que são despesas que a maior parte delas estão certas. Não me vou debruçar sobre isso.

O que me preocupa fundamentalmente num Plano e num Orçamento é, realmente, os caminhos que ele indica porque o resto, como se costuma dizer, são despesas correntes que estão certas todos os anos, eu não me preocupo com isso nem vale a pena.

Bom, temos aqui um Plano e Orçamento de perto de trinta e dois milhões de euros. Neste Plano e Orçamento, obviamente, o que me interessa fundamentalmente, e não quer dizer que não hajam outras coisas importantes, é efectivamente, este Plano Plurianual de Investimentos. Não quer dizer que a parte social não seja importante porque é e muito; Não quer dizer que a parte da Educação não seja importante porque é e muito, e está aí bem plasmado qual é a preocupação do Executivo nessas áreas, e é boa e é grande desde há já muito tempo e toda a gente sabe disso.

Meus amigos, Deixem-me aqui dizer uma coisa e fazer aqui só um reparo: Os dois jovens Deputados do CDS trouxeram aqui já anteriormente nas suas intervenções e apresentaram aqui o exemplo do Fundão. Eu estranho! Porquê o Fundão? Conheço o Fundão há uns anos e fui ao Fundão muitas vezes durante uns anos bons. Eu não conheço, sinceramente, qual é, mas vou ter o cuidado disso, vou debruçar-me um dia destes sobre isso. Qual será a execução do Município do Fundão em termos da sua receita e da sua despesa? Num dia qualquer vou lá ver isso! Mas há uma coisa que eu sei, porque é que eles só falaram nisso e não falaram numa coisa que é extremamente importante para o Município do Fundão, sabem o que é, meus amigos? Vão ficar a saber: É a dívida que lá têm às costas. Deveriam ter dito isso também. É uma pena que não tenham dito isso ou que não se tenham debruçado sobre isso. Que têm um garrote no pescoço, muito complicado, para os deixarem fazer seja o que for. Mas vou ter o cuidado de me debruçar sobre esse Plano e Orçamento deles, um dia destes e depois a gente logo vê!

Bom, meus amigos, toda a gente entende uma coisa: Oliveira do Hospital nas últimas Eleições Autárquicas, e os Oliveirenses, mais uma vez, reiteraram a confiança neste Executivo e nas propostas do Partido Socialista, quer a nível da Câmara Municipal, quer a nível da Assembleia Municipal, quer a nível das Juntas e Assembleias de Freguesia, claramente, foi um voto muito claro. E sabem quem são as pessoas que, efetivamente, lutam por Oliveira do Hospital e, por isso, é que votaram assim, meus amigos da oposição, está claro como a água.

Tivemos em Oliveira do Hospital um grande problema que foi exactamente quando tínhamos acabado de sair de eleições, no ano de dois mil e dezassete, e tivemos aquela grande tragédia toda e o Sr. Presidente da Câmara Municipal já tinha dito aqui qual era o pacote financeiro importante que ele tinha conseguido negociar de Fundos Comunitários para o Concelho, já nós sabíamos disso. Tivemos um grande revés no meio disto tudo e que foi efectivamente essa grande tragédia. Porque podem ter a certeza de uma coisa, se não tivéssemos tido esse grande revés hoje não estávamos, seguramente, a discutir aqui como os Senhores estão a discutir e a apontar o dedo porque as obras ainda não estão feitas porque elas já estariam realizadas há muito tempo.

Mas há uma coisa que eu também sei: Os compromissos são para cumprir e os Oliveirenses sabem que o Partido Socialista tem gente à frente da Câmara Municipal que cumpre e que vai cumprir.

Há uma coisa que os meus amigos podem ter a certeza, sabem o que é? No ano de dois mil e vinte e no ano de dois mil e vinte e um, essas promessas que foram feitas vão ser efectivamente executadas para vosso grande mal. Nós sabemos!

E quando chegar a altura das próximas eleições, como alguns aqui abordaram, vocês podem até fazer coligações, parece que já há uma indicação qualquer, porque isso será óptimo, e já não é a primeira vez que isso acontece neste Concelho e também é mais uma, e não tem problema nenhum, o Partido Socialista cá estará serenamente a dar contas aos Oliveirenses das promessas que fez e daquilo que foi capaz de fazer. Lá estaremos todos daqui a dois anos, meus amigos, para depois “esgrimir” as nossas razões e depois logo veremos em quem é que os Oliveirenses irão acreditar.

Este Plano e Orçamento é extremamente ambicioso, todo a gente sabe disso, e vai ser realizado, por bem ou por mal, meus amigos.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a este Ponto VIII gostaria de começar por destacar o que já destaquei no Período de Antes da Ordem do Dia, relativamente ao aprofundamento e à continuação das Políticas de Inclusão Social e Redução de Desigualdades mas, gostaria de focar também esta intervenção, até porque o Deputado Paulo Sérgio Minas teve o cuidado de trazer à Assembleia a questão do investimento do Município relativamente ao desenvolvimento económico.

Foi um discurso que me pareceu ter alguma influência liberal, reclamaste demasiado dinheiro para a iniciativa privada, o que é curioso,

Quanto à questão muito específica que tu falas que não existe investimento, ou seja, que não existe um certo olhar para o desenvolvimento económico, tu olhaste para um ponto de uma rubrica mais geral e falas-te do fomento mas a rubrica toda de abastecimento público e desenvolvimento económico é muito maior e o valor está nos quatrocentos mil euros. Ou seja, é muito superior àquilo que está no programa de fomento e que tu trouxeste aqui.

Mas, também me pareceu que traças-te um cenário económico do Concelho quase de estagnação, ou de subdesenvolvimento, ou de recessão.

Hoje, de manhã, fui ver alguns dados sobre o desenvolvimento económico do Concelho de Oliveira do Hospital: Por exemplo, relativamente a Exportações no ano de dois mil e nove, tínhamos um valor de cerca de vinte e seis milhões de euros. Atualmente temos, e são dados provisórios, perto de quarenta milhões de euros. Temos aqui um aumento significativo das exportações; As importações, curiosamente, baixaram. Nós temos um saldo positivo e as exportações são quase o dobro das importações; Mas há também um aspeto muito significativo, e só temos valores de dois mil e dezasseis, o ganho médio mensal no Concelho passou de setecentos e nove para setecentos e noventa e sete.

Poderia referir outros dados que mostram que o desenvolvimento económico do Concelho está bem e recomenda-se.

Falas-te deste Orçamento mas não falas-te da questão que referiste no ponto prévio, nomeadamente da questão da Zona Industrial e, folgo em saber, que já temos algumas empresas interessadas.

E depois houve uma clara preocupação quanto ao turismo e a verdade é que os dados relativos ao turismo, os que estão disponíveis que são desde dois mil e catorze, mostram que os proveitos com dormidas em alojamentos turísticos no Concelho de Oliveira do Hospital quase triplicaram. Os alojamentos turísticos aumentaram cerca de 750 %.

Ou seja, tem havido uma preocupação com o desenvolvimento económico e acho que os dados mostram que o Concelho, não só, fruto da actividade deste Município, mas também, fruto da actividade de quem cria emprego e também de quem trabalha, tem um desenvolvimento económico que nos parece dar confiança no futuro e, acima de tudo, saber que aqui em Oliveira do Hospital vive-se melhor.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Primeira questão: Deputado Eng.º Rafael Costa, Deputado Sérgio Minas. O Fundão, excelente exemplo que, efectivamente, nos trouxeram, a diversos níveis. A dívida do Município do Fundão, neste momento, é de cinquenta e sete milhões, cento e trinta e oito mil euros, e está entre os cinco maiores concelhos devedores do País.

Segunda questão: Deputado Sérgio Minas, o desporto. O apoio da Câmara Municipal ao desporto. Fico perplexo. Não sei se foram mais ou menos as suas palavras mas o sentido era esse: *Fico perplexo, com um apoio tão grande ao desporto. Devia-se apoiar essencialmente a formação, devia-se apoiar mais modalidades.*

Deputado Sérgio Minas, no Concelho, brevemente, no final do mês de janeiro, vai haver a Gala do Desporto em Oliveira do Hospital. Esteja presente, este ano vai haver lugar. O vereador confidenciou-me que estava a tentar realizar a Gala do Desporto no Pavilhão Serafim Marques, o que quer dizer que vai haver lugar para todos. Habitualmente não há lugar porque infelizmente a sala da Casa da Cultura era pequena. É bom que lá estejam porque percebem o que é o desporto em Oliveira do Hospital, e eu, aqui, falo com conhecimento de causa. Estou há dezanove anos, quase vinte, em Oliveira do Hospital e estou há dezanove anos ligado ao desporto em Oliveira do Hospital, sou, neste momento, Presidente da Assembleia Geral do Futebol Clube de Oliveira do Hospital e fui, durante cinco anos, Presidente do Clube. Conheço a realidade do Futebol Clube de Oliveira do Hospital, como conheço a realidade do Nogueirense, como conheço a realidade do Lagares, como conheço a realidade do Sampaense, como conheço a realidade do Clube de Caça e Pesca, como conheço a realidade dos Clubes de Aikido e karaté, como conheço a realidade da natação em Oliveira do Hospital, como conheço a realidade do ténis, como conheço a realidade do Clube de Ginástica. Conheço essas realidades todas.

Posso-lhe dizer, Sr. Deputado, na formação há mais de setecentos jovens federados e, no Fundão, esse exemplo, que quer o Senhor, quer o Deputado Eng.º Rafael nos trouxeram, apoiam de forma fortíssima um clube profissional de futsal e, aqui, não há clubes profissionais.

As verbas que a Câmara do Fundão dá a esse clube profissional de futsal que está na liga principal de futsal são maiores do que aquilo que a Câmara Municipal dá ao Futebol Clube de Oliveira do Hospital. Mas, depois, temos o

Nogueirense, temos o Lagares, temos o Clube de Ginástica, temos o Clube de Caça e Pesca, temos todos.

Somos, no Distrito de Coimbra, o Concelho mais eclético, tirando Coimbra que, efectivamente, tem uma outra pujança e tem uma população ligeiramente diferente da nossa e mais próxima do Fundão.

Queria-vos dizer o seguinte, duas ou três questões: Primeira: Ficámos a perceber que houve aqui claramente um pedido de namoro. Foi bonito, foi comovente, esperamos obviamente que, como em qualquer *reality show*, haja uma resposta e que essa resposta seja obviamente positiva, e que nos dessem conhecimento também gostávamos de ver. Também nós, aqui, temos aquele espírito *voyeur*, toda a nossa sociedade tem.

Segunda questão: Sr. Presidente da Câmara Municipal, este Orçamento reflete a opção clara do Município mas é uma opção clara que não resulta deste ano e resulta já de há dez anos. É uma opção clara no desenvolvimento, no rigor, na preocupação social. *É empolado*, dirão alguns. Pois, percebemos porquê?

E dizem ainda: *“Isso é para dizer que ninguém trouxe um Orçamento dessa envergadura”*. Pois, não!

Primeiro porque não tinham capacidade para o fazer, apesar de ter havido apoios muito maiores do que há agora.

Agora, não comparem Orçamentos, comparem execução. Nunca o PSD aqui apresentou, até dois mil e nove, porque efectivamente já lá vão dez anos, um Orçamento de trinta e dois milhões de euros, uma barbaridade dessas, mas também nunca executou tanto como este Executivo. E é aqui que nós temos que ir. Não é na previsão do Orçamento que nós temos que fazer as contas, meus amigos. É verdade, nunca ninguém executou tanto como este Executivo.

E, depois, devo dizer-vos, tudo isto faz com que obviamente eu, em consciência, vote a favor deste Orçamento.

Agora, digo, causa-me alguma perplexidade algumas situações.

Primeiro: Há pouco votámos duas alterações aos Planos e Orçamentos anteriores que, curiosamente, tiveram a abstenção de alguns elementos desta Assembleia.

Primeira questão muito curiosa: Se eu não concordo com uma coisa, voto contra. Quando eu não tenho opinião, abstenho-me. Quando eu me abstenho, não concordando, não estou a ser coerente com a posição que assumo e estou a ser cobarde em relação àqueles que me elegeram para estar aqui.

Meus amigos, a defesa da honra existe com determinadas razões. Eu não chamei covarde a ninguém. Chamei covarde a quem não tenha capacidade de assumir a sua posição e ser coerente em relação a ela. Não se pode não concordar com o Orçamento e depois abster-se, não se pode votar contra e depois abster-se numa alteração que é dita posteriormente.

Portanto, eu, coerentemente, votarei a favor. Não tenho a cobardia de ter uma posição diferente.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção em defesa da honra:

“Gostaria de defender a minha honra e dizer ao Sr. Deputado Rui Monteiro que, sou professora, sim, e, às vezes, ensino pessoas ignorantes também mas, acima de tudo, eu defendo as minhas convicções. Se me abstenho é porque acho, se calhar, as Grandes Opções do Plano são importantes para Oliveira do Hospital, já vim aqui dizer, e disse ao Sr. Presidente, quando vieram mostrar o projecto da Escola Integrada que era importante e que era favorável a Oliveira do Hospital. Sim, sou a favor, mas também sou a favor de que a execução seja superior a 43 %, e, por isso, me abstenho e tenho o direito de me abster.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Lamento que os trabalhos se processem desta forma. É um motivo que me entristece. As coisas estavam a correr bem. As pessoas podem exprimir-se e não há necessidade nenhuma de crispação.

De certa forma as pessoas são amigas e aqui, quando estão a defender os interesses da nossa terra, têm que estar com estes números.

Acho lamentável, é só o que vos posso dizer.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de dar algumas respostas e de fazer um, ou outro, comentário: Lamento que a oposição não tenha vindo, aqui, e que dissesse, concretamente, uma coisa que devêssemos colocar no Orçamento, e que não estivesse lá. Não disse nem uma. Não têm ideias.

Vou dizer-vos quais são as ideias da oposição: Têm ideias de cópias de outros concelhos.

Não quero falar dos meus colegas mas, quero dizer que, há Câmara Municipais, que são dadas como grandes exemplos, que têm maior dívida que este Orçamento.

O CDS até podia ir buscar um bom exemplo numa Câmara Municipal do CDS, e compará-la connosco, para percebermos qual era o desempenho deles, mas foram buscar uma Câmara Municipal do PSD. Mas, isto vale o que vale.

O Orçamento foi preparado ouvindo também as forças políticas e, como eu disse, não houve uma ideia, não trouxeram aqui uma proposta concreta. Chamei os partidos e os partidos concordaram, de forma geral, com estas medidas. Disseram que era um bom Orçamento e que era um Orçamento que até tinha coisas demais, e não era coisas a menos. Se não houve uma proposta concreta, se não têm capacidade para referir uma proposta que seja valor acrescentado, que é a função de uma oposição responsável numa construção coletiva de um Concelho, estamos falados.

E, por isso, não vale a pena, os Senhores podem criticar-me mas, é verdade que não trazem ideia nova para Oliveira do Hospital, como não o tiveram no passado.

O CDS fez, aqui, uma declaração ainda pior, e que eu até achei piada à intervenção do Deputado Sérgio Minas, por uma razão, porque quase que começou por pedir desculpa por aquilo que ia dizer. Aquilo que eu deduzo é que, se calhar, veio ler aquilo que alguém lhe escreveu. Ele veio dizer que o meu estilo não era bem o que o Concelho precisa.

Mas eu vou dizer: Também acho que o CDS, que na Freguesia dele teve vinte e três votos, deve mudar porque tem protagonistas em Penalva de Alva que tiveram um resultado absolutamente miserável, onde os votos brancos ultrapassaram os votos do partido dele. Por isso, olhamos para esses resultados e fazemos a medição. Os votos brancos valeram mais na Freguesia do que vinte e três votos.

Por outro lado o PSD disse uma coisa fantástica que está numa ata, a Sra. Vereadora disse que se abstinha porque havia poucas obras relevantes.

Agora, o PSD, aqui, na Assembleia diz que até há cá umas obras relevantes que são precisas em Oliveira do Hospital.

Eu também vou dizer aqui ao PSD, entendam-se lá em casa e depois venham cá e sejam coerentes. Eu tenho aqui a declaração de voto para ler se quiserem da vossa Vereadora.

Eu sei que vocês se sentem incomodados com o nosso sucesso e com o nosso estilo de governarmos e não queremos que toda a gente goste de nós,

mas temos o nosso estilo. O nosso estilo mostrou que vale a pena governar assim, por uma razão, porque as maiorias foram esmagadoras.

Devemos ouvir também as minorias mas não lhe podemos é dar grande importância quando essas minorias não têm nenhuma ideia para o Concelho de Oliveira do Hospital.

Hoje Oliveira do Hospital é um Concelho diferente daquele que eu herdei, e nós todos temos um tempo e o meu tempo também está a acabar, como vocês sabem, mas alguns ainda estão incomodados com a minha sombra.

Eu até acho que o CDS agarra-se a uma bóia, esta declaração do Deputado Sérgio Minas faz-me lembrar um debate que vi entre os dois líderes do PSD. Há uns dos líderes que disse que estava a agarrar-se a uma bóia mas a bóia estava toda furada e vão todos ao fundo. O Sérgio Minas também não se agarre muito a essa bóia porque se não vai pelo rio Alva a baixo e nós não queremos.

Hoje Oliveira do Hospital tem uma identidade que é resultado da nossa governação, hoje a cidade de Oliveira do Hospital, e basta ver o movimento dela, tem uma identidade própria que nós criámos com estratégia porque temos estratégias, não pensamos em coisas a curto prazo, e ganhar nome demora muito tempo.

Quería fazer um desafio aos Vereadores da oposição, e a Sra. Deputada Sofia Clara até foi justa quando falou no Campus Educativo. Vocês retiravam o Campus Educativo?

O Campus Educativo vai permitir resolvermos também o problema da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Hoje a Escola Superior de Tecnologia e Gestão existe em Oliveira do Hospital porque este Executivo se bateu porque se não a Escola tinha-se ido embora. Sabem qual era o Governo era do PSD/CDS. É a verdade!

Com este Campus Educativo, e se tivermos capacidade para irmos buscar os 85 % de financiamento, porque fizeram uma obras que não tiveram visão porque atrasaram o Concelho uma data de anos quando houve dinheiro. Também vos vou dar um exemplo: Vão a Mortágua e vejam o Centro Escolar e vão ver qual foi a diferença entre fazer umas obras de adaptação numa escola e que depois ficámos impedidos de nos candidatar para fazermos um Centro Escolar moderno. Vão a Santa Comba Dão e vejam o Centro Escolar e façam comparações. Já que quiseram ir buscar outros concelhos eu também vos aconselho a fazer estas visitas porque também é justo.

Há, aqui, uma visão diferente porque o financiamento do Campus Educativo pode-nos permitir libertar verbas para construirmos onde é a Escola Primária umas instalações com outra dignidade porque, hoje, não está em causa o encerramento da Escola Superior e isso é fundamental em termos de desenvolvimento do Concelho.

Eu também percebo! A Zona Histórica incomoda porque há tantos anos que se fala na Zona Histórica e que existe daquela forma deteriorada e pela primeira vez vai ter obras a sério. Percebo, por exemplo, que nunca tiveram coragem para fazer a ampliação da Zona Industrial. Cheguei aqui à Câmara Municipal e tinha aí um projeto de ampliação da Zona Industrial, na parte de baixo, porque faltava coragem, aqui, nesta Câmara Municipal. Comprámos os terrenos, estão aí os nomes das pessoas no mapa da dívida, estão aí as escrituras que faltam fazer, e vejam lá nos nomes de quem são. Sabem de quem eram? Eram os grandes proprietários de Oliveira do Hospital e, nos grandes proprietários de Oliveira do Hospital não valia a pena arranjarmos conflitos com eles porque eram os Senhores do dinheiro mas, aqui, o José Carlos Alexandrino e a sua equipa não têm medo disso. Fizemos um negócio fantástico vão-nos ceder vinte e cinco mil metros quadrados para fazermos o Centro Escolar.

Pergunto aqui: É alguém contra fazermos uma variante de Oliveira do Hospital que vai começar junto à rotunda do Agrupamento de Escolas e vai terminar junto à rotunda do Continente, também são contra uma obra dessas que vai reestruturar a cidade de uma forma diferente?

Há aqui uma nova visão e, como vocês sabem, isto não saiu da minha cabeça. Contratei pessoas que têm visões diferentes para me ajudar a pensar Oliveira do Hospital. Vocês acham que isso é um modelo que está esgotado? Esgotado era o que nós tínhamos.

A oposição acha que devemos retirar os apoios às Juntas de Freguesia? Temos cerca de oitocentos e cinquenta mil euros aqui para as Juntas de Freguesia a nível de transferências em alguns apoios pontuais, está cá, está cá quase um milhão de euros.

Eu pergunto quando é que houve quase um milhão de euros para as Juntas de Freguesia? Nunca, meus caros amigos.

Vocês são contra isso? Não são, logicamente, nem poderiam ser porque há alguns Presidentes de Junta que precisam deste dinheiro.

Temos que perceber que há um debate que é político mas as pessoas também devem ter honestidade política e devem ser coerentes.

Este Orçamento está ligeiramente dilatado e isso tem a ver com a ambição e com a possibilidade de ser mais flexível. É preciso perceber que é preciso uma flexibilidade caso surjam oportunidades.

Estou a lutar por uma ciclovía e, se em janeiro for capaz de ter um projeto de uma ciclovía integrada na cidade, se tiver capacidade de ter o projeto de execução, eu já tenho o dinheiro garantido mas neste momento não o posso garantir porque não tenho o projeto feito.

Este Orçamento tem ambição e tem legitimidade e, por isso, não recebo, aqui, lições de moral, e não é porque não mas possam dar mas, não recebo lições de moral daqueles que não têm uma ideia para o Concelho, desses não recebo. Posso receber de todas as pessoas, gosto de falar com todas as pessoas, gosto de falar com a oposição e gosto de discutir as obras e, por isso, é que nós fizemos e criámos uma cidade nova.

E há aqui uma coisa que eu quero dizer. O Presidente da Junta de Meruge também disse isto: Eu disse que o primeiro objetivo é promover a Coesão Territorial no Concelho. Foi o primeiro objetivo que eu li aqui.

O que é a Coesão Territorial no Concelho?

Este problema do investimento de grande dimensão ser todo feito em Oliveira do Hospital teve a ver com o PEDU que obrigou que fossem na cidade de Oliveira do Hospital mas, por isso, deveremos libertar outras verbas para promover essa coesão territorial porque nós acreditamos nos territórios, nós acreditamos em Rio de Mel. Alguém ia fazer uma rede de abastecimento de água ao Parceiro, ao Alentejo ou ao Covão, que, se calhar, muitos Deputados que estão aqui nunca lá foram nem conhecem aquilo, nunca lá puseram os pés, alguém fazia um investimento de quatrocentos mil euros naqueles territórios onde vivem meia dúzias de pessoas?

Então, isso não se chama coesão?

Isto não é acreditar nos territórios e fazer com que aquelas pessoas tenham a mesma dignidade.

Deixem-me dizer: A Quinta da Tapada, que é dentro da cidade de Oliveira do Hospital, quando eu cá cheguei nem água potável tinha.

Por isso, meus caros amigos, isto chama-se coesão e para haver coesão é preciso investirmos de forma equilibrada.

O Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, perguntou porque é que deixou de estar aqui a obra de saneamento no Rio de Mel.

Eu há pouco disse uma coisa simples: Se nos aprovarem as candidaturas ficamos com 99,9 % dos problemas de água e saneamento resolvidos no Concelho. A candidatura de Rio de Mel está feita, o trabalho está feito, os projetos estão feitos. Agora tivemos que os tirar daqui e mete-lo nessas candidaturas mas há aqui um compromisso que nós temos com as populações e há poucas coisas para resolver e, por isso, é que eu disse, se nos for aprovado aqueles dois milhões de euros ficamos com 99,9 % dos problemas de saneamento e de água resolvidos.

Depois, e o Deputado Tiago Martins também falou nisso, há também um conjunto de políticas sociais que não as deixámos cair. Ainda agora houve uns cheques brinde para as famílias mais pobres. Não damos cabazes nem fazemos cerimónias a dar cabazes aos pobrezinhos para virem aqui ao beija-mão. Alguém sabe quem eles são? Dá-se-lhes um cheque brinde e também fazemos o desenvolvimento do comércio local.

Achamos que há um conjunto de políticas sociais que deveremos continuar a ter.

No desporto temos um conjunto de modalidades bastante eclético, como referiu o Deputado Dr. Rui Monteiro. Tenho um grande orgulho no Grupo de Ginastica Acrobática de Oliveira do Hospital, aquele grupo de meninas tem um nível técnico elevadíssimo.

Como disse o Deputado Dr. Rui Monteiro, nós temos aqui setecentos atletas nas diferentes modalidades desportivas e isso é uma riqueza.

Também é uma grande riqueza a diversidade de Grupos Culturais que nós temos no Concelho de Oliveira do Hospital. Tudo isto faz parte da vida de um concelho. A vida de um concelho não é só a obra física também é a obra imaterial. Nós temos ajudado os Grupos Culturais e continuaremos a ajudar enquanto eu for Presidente da Câmara Municipal e fazemos com que o Concelho tenha uma grande diversidade na parte da cultura.

Um Concelho é um todo e não é só uma parte.

Há outra coisa que é fantástica. Há melhor obra do que as obras sociais onde ajudamos os mais desprotegidos? Alguém teve os projectos que nós temos?

As pessoas, politicamente, podem concordar, ou discordar, podem votar contra, ou podem abster-se, porque a mim, não me faz diferença nenhuma desde que ela passe na minha maioria. Mas também acho que a oposição, até para se afirmar, deve ter um papel construtivo e tem toda a legitimidade para votar contra, ou abster-se. Cada um tem a legitimidade para fazer o que quiser.

Agora, quando perder a confiança da minha bancada é que tenho que me ir embora mas enquanto não a perder vou cá ficar, até porque não vou deixar os Presidentes da CIM, porque também foram os do PSD que me elegeram por unanimidade, e não sairei antes acabar o meu mandato porque também os dezoito Presidentes de Câmara votaram em mim por unanimidade e, por isso, ficarei lá. Alguns ficam incomodados. Mas amanhã, às catorze horas, estarei, como Presidente da CIM, a encontrar-me com o nosso Presidente da República para visitar os prejuízos de Montemor-o-Velho. É a vida! Há quem também não goste do estilo do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, e eu sou um adepto dele.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 45º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o Quadriénio 2020/2023, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2020, e a Proposta do Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2020, que foi aprovado por maioria, com dois votos contra e quatro abstenções.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, que fez a seguinte intervenção:

“Vi esta euforia sobre o Orçamento, nós também votámos este Orçamento e absteve-me tal como a bancada devido a termos 40 % de Outros.

No entanto, e para que acabe tudo com calma, tenho a dizer o seguinte: O Orçamento de Estado é de noventa milhões, cento e setenta e seis mil euros, o nosso é de trinta e dois milhões, isto é, 35 % do Orçamento de Estado. Cada Oliveirense tem direito a mil e seiscentos euros, cada Português tem direito a nove euros. Estamos a falar de um Orçamento cento e setenta e seis vezes maior do que o Orçamento de Estado.

O PSD deve dar propostas mas também deve puxar o Presidente um bocadinho para cima quando ele está lá para baixo porque o excesso da visão

também pode ser uma loucura. O que eu quero dizer é o seguinte: Para termos acesso a projetos temos que abrir efetivamente campos para orçamentação mas podemos abri-los com um euro, Sr. Presidente.

Agora, devo dizer, o Orçamento é este, é o Orçamento do Executivo e do Presidente da Câmara Municipal e ele deve responder por ele. Futuramente viremos aqui para ver o que é que foi executado ou não foi executado. O Orçamento é uma coisa sem grande interesse, no fundo é um valor, vamos ter esta necessidade de nos confrontarmos uns aos outros quando falarmos na execução do próprio.

Desejo a todos um Bom Ano.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Esta Sessão está terminada.

Desejo a todos um Bom Ano nas vossas vidas pessoais. Que tenhamos também, aqui, um Bom Ano nas nossas funções autárquicas e que possamos assistir ao desenvolvimento e ao aumento da qualidade de vida na nossa terra.

Bom regresso a casa.”

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte horas, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____